

Tribuna ^{da Luta} Operária

ANO IV — Nº 101 — DE 10 A 16 DE JANEIRO DE 1983

Cr\$ 50,00

Por ordem do FMI

Governo decide novo arrocho dos salários

Funcionalismo diz não ao reajuste da fome

Greve geral dos servidores federais no Rio Grande e dos garis em Goiânia. Veja na pág. 5

Indústria da seca fatura no sertão baiano

O governo se omite, os lavradores lutam. Pág. 8

Delfin Netto e sua gang confessam finalmente: a lei salarial vai mudar, para muito pior. São as ordens dos bancos americanos e do FMI para continuar alimentando a ciranda da dívida externa. O

reajuste de apenas 61% para os funcionários federais já é uma amostra do novo arrocho. Mais carestia e desemprego em massa complementam as medidas. Veja na página 4.

1.200 demissões numa semana só em São Paulo

PTB faz aliança com os votos oposicionistas

Na pag. 5 o desemprego em S. Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná

Manobra para fazer uma coligação que dê maioria ao PDS. Pág. 3

83 começa com luta

EDITORIAL

O mês de janeiro, geralmente caracterizado por um certo marasmo nas lutas reivindicatórias, começou este ano com uma greve de 45 mil funcionários públicos federais no Rio Grande do Sul, com uma manifestação de rua de 600 funcionários municipais da limpeza pública em Goiânia, reprimida selvagemmente pela polícia deixando o saldo de mais de uma dezena de feridos; e com protestos generalizados em todo o país contra o agravamento das condições de vida da população. E vai ser assim o ano inteiro.

O responsável direto por esta situação é o arrocho imposto ao país pela subserviência vergonhosa do governo Figueiredo ao FMI. A "Carta de Intenções" na verdade uma carta de capitulação incondicional define com muita clareza que, para satisfazer às exigências dos grandes banqueiros internacionais, nossos credores, o governo vai cortar os subsídios de vários produtos, elevando o preço de bens de consumo popular essenciais; vai por outro lado dar mais subsídios aos monopólios que produzem para exportação, elevar impostos e taxas dos serviços públicos e desvalorizar aceleradamente a nossa moeda.

Aléga-se que tudo isto é necessário para enfrentar a "conjuntura internacional" ou seja, os culpados estão lá fora e os governantes mentirosos e serviais do capital estrangeiro não têm nada a ver com isto. Como se os brasileiros fossem estúpidos! E ainda prometem medidas que vão amortecer as conseqüências da crise para os brasileiros. Quais são? Nada mais do que banalidades como "aumentar a confiança dos investidores" e "uma política salarial adaptada à conjuntura e que amplie o nível de emprego". De concreto mesmo, a confissão de que vão alterar a lei salarial para arrochar os trabalhadores e o reajuste vergonhoso de 61% para os funcionários federais. E o desemprego que já cresce.

No Brasil vai acontecer o que já aconteceu em todos os países onde o FMI meteu a mão: agravamento brutal do nível de vida do povo, revolta popular e radicalização da luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos elementares. Na Índia, no Equador, na Argentina, e outros países, a resposta dos trabalhadores a esta política de espoliação descarada, foi o fortalecimento do movimento grevista e inclusive a greve geral.

Como não podia deixar de ser, os governantes contra-atacam com os famosos (e ridículos) argumentos de que a culpa é dos "agentes infiltrados" e dos comunistas. E passam à repressão brutal.

É importante que os trabalhadores vejam exemplos. Analisem as suas condições de vida e de trabalho. E que se preparem para impedir que sejam tratados como um bagaço de laranja, depois de servir e de dar lucros fabulosos aos patrões monopolistas. Que se unam os desempregados e os que estão ocupados, que fortaleçam suas entidades sindicais e consolidem as articulações intersindicais entre as diversas categorias. Do governo e dos patrões só vão receber mentiras e arrocho.

Não se trata apenas da defesa deste ou daquele interesse particular. Além da unidade da classe operária, é indispensável a união com todas as camadas sociais, para enfrentar o governo e sua política de traição aos interesses populares e nacionais. A luta para defender os salários, para combater o desemprego e a elevação do custo de vida, só pode obter conquistas sólidas se estiver vinculada com a luta pelo fim do regime militar e pela conquista da liberdade política. Ou seja, se o povo se unir com todos os democratas para fazer valer a vontade da maioria dos brasileiros, expressa com tanto vigor no resultado das eleições de 15 de novembro, por uma pátria livre, independente e progressista.



Quem foi que afogou Belo Horizonte na lama?

Favelados e líderes populares indicam culpados pela enchente. Pág. 8

Base Aérea de Canoas prende e tortura operários

Sete trabalhadores apanham há mais de dois meses para confessar quem roubou uma arma da Base. Página 3



Arthur Oliveira levou choque elétrico na língua

Escândalo! BNH favorece Grupo Delfin com Cr\$ 70 bi

O ministro Andreazza diz que se responsabiliza pela negociata. Veja na pág. 4

Militares fazem da Argentina um país de famintos e desempregados

Nosso repórter esteve em Buenos Aires e viu de perto a revolta do povo. Pág. 2



Os militares concentram mais o poder no Suriname

Jornadas sangrentas convulsionaram o Suriname nesta passagem do ano. Os militares eliminaram sumariamente vários opositores e concentraram ainda mais em suas mãos o poder que já tinham desde 1980, nesta ex-colônia holandesa que faz fronteira com o Estado brasileiro do Pará, tem 400 mil habitantes e apenas sete anos desde a independência formal.

O governo no poder até 1980 representava as multinacionais neocolonialistas da Holanda e dos Estados Unidos, como a Alcoa, que explora bauxita tanto no Brasil como no Suriname. Reprimia e torturava ferozmente seus opositores, entre eles o fundador do Partido Comunista, De Kom, que morreu em consequência das torturas e depois de muitos anos de prisão.

Quando a situação já era insustentável e o povo caminhava para ações revolucionárias, sargentos e suboficiais se anteciparam e assumiram o poder, através de um golpe de Estado. O novo regime criou um governo apoiado num único partido permitido, o Movimento Nacional, e em "conselhos populares". Porém quem dirigia o país de fato eram os militares, a partir de uma outra instância de poder, o Conselho Nacional Militar.

UM REGIME QUE SE ISOLA

A princípio este regime ganhou a simpatia da população, com medidas progressistas: Na área da habitação, por exemplo, todas as residências alugadas pertencem ao Estado, os alugueiros são baixíssimos e não sofrem reajustes. No entanto, o movimento militar nunca chegou a ser uma revolução anti-imperialista, como seus autores sustentam. E uma parcela da

O mapa mostra a localização do país onde os militares se lançaram numa intensa campanha de repressão



burguesia local, com seus representantes no governo, tenta fazer voltar atrás algumas medidas que prejudicam seus interesses. Essa briga no governo e essa política que não leva à verdadeira independência nacional têm feito com que os militares venham se isolando cada vez mais do povo.

A parcela dos grandes comerciantes e proprietários que vivem exilados na Holanda também têm ainda grande poder no Suriname. E a Holanda continua sendo o grande comprador dos produtos exportados. Em março passado houve uma tentativa de golpe financiado por esses ricos que vivem no exterior. Foi desbaratado, mas os militares por causa disso adiaram outra vez as eleições que haviam prometido desde o golpe de 1980.



GREVE GERAL EM OUTUBRO

Desde então o homem forte do regime, coronel Bouterse, suprimiu as leis democráticas remanescentes e passou a governar por decreto. Ao mesmo tempo, notava-se forte identidade entre os militares do Suriname e os revisionistas cubanos. Tornou-se comum a ida da cúpula militar a Cuba, nos fins de semana.

Nos últimos meses de 1982, a crise econômica e o isolamento do regime militar impulsionaram o movimento grevista no país. Houve até uma greve geral, em outubro, suspensa depois que os militares se comprometeram a convocar eleições em dezembro, e uma das centrais sindicais (existem duas) propôs um voto de confiança no governo.

Um mês antes, Bouterse estive no Brasil, para comprar armas, segundo fontes surinamesas. A visita foi seguida de grande publicidade. E pouco antes o ministro Azeredo da Silveira estive em Paramaribo. Dia 8 estourou o golpe. Os militares explodiram três estações de rádio e dois jornais, coraram todas as ligações com o exterior, suspenderam os vôos. Prenderam diversos opositores e no dia seguinte 15 deles foram fuzilados. Entre os mortos, havia personalidades que já tinham participado do governo, como o vice-presidente da Fifa. No entanto, a repressão não se abateu somente sobre opositores burgueses. Golpeou principalmente os trabalhadores e as forças revolucionárias. O presidente da central sindical mais combativa, que puxou a greve geral em outubro e lutava por uma Assembleia Constituinte, foi fuzilado.

Em meio a notícias escassas e contraditórias, sabe-se que reina um grande mal-estar no país. Os gastos militares aumentaram assustadoramente e o governo repassou-os para os trabalhadores, aumentando taxas e impostos. Ao mesmo tempo, os soldos dos militares aumentaram bem mais que a média dos salários — afora outras regalias. A impopularidade do governo cresceu muito e o Suriname caminha para a instabilidade política total. Segundo notícias de Paramaribo, é comum o povo comentar nas ruas que a situação não pode continuar e que mais cedo ou mais tarde tem que haver eleições.



Em frente ao palácio do governo, a notícia da greve geral que parou 97% do país

Desemprego e fome entre os operários argentinos

A Argentina fechou o ano de 82 com dois milhões de desempregados, cinco milhões de subnutridos e com o salário real dos trabalhadores valendo 13% a menos do que um ano atrás. Estes dados constam de um documento lançado pela CGT-Brasil no dia 30 de dezembro, em Buenos Aires, denunciando o regime militar que está levando o país aos caos.

O documento da confederação Geral dos Trabalhadores, situada na rua Brasil (CGT-Brasil), mostra também que a produção industrial caiu 11% em 1982 e o país teve um crescimento negativo de 6%. A população enfrenta um aumento nos preços de 200% e o consumo popular diminuiu em 10%. O povo não tem aceitado esta situação calado e tem feito grandes mobilizações, como a greve geral que parou todo o país dia 6 de dezembro e a manifestação de 200 mil pessoas diante do palácio do governo, dia 16, em Buenos Aires.

Se existe uma unanimidade nacional hoje na Argentina é a de repúdio ao governo militar. A revolta tomou o lugar do medo e pelas ruas todos falam da necessidade da derrubada dos militares do poder para modificar esta situação. Um vendedor ambulante de Buenos Aires, falando a um diário portenho sobre o que desejava para 1983, respondeu o que a maioria dos argentinos também diria: "Desejo que este governo se vá de uma vez, que possamos trabalhar em paz e que nossos filhos possam comer e estudar. E que haja liberdade sindical".

REPRESSÃO AOS SINDICATOS

Nos últimos 20 anos o fim dos regimes ditatoriais na Argentina sempre foi precedido de grandes greves e mobilizações operárias. Por isso a liberdade sindical assume um papel destacado na luta pela derrubada dos militares do poder. Quando os militares deram o golpe, em março de 1976, seu alvo principal foram os sindicalistas.

Gerônimo Fernandes, electricista, fazia parte do Sindicato da Construção Civil da cidade de Corrientes, ficou

preso durante sete anos, falou à Tribuna Operária, na sede da CGT-Brasil, em Buenos Aires: "Com o golpe, todos os sindicatos sofreram intervenção e os militares prenderam milhares de sindicalistas". Gerônimo foi posto em liberdade no dia 23 de dezembro e todos os dias vai à sede da CGT, participar junto com os familiares de presos e desaparecidos políticos de reuniões pela anistia. "Se hoje nós estamos em liberdade é devido a mobilização dos dias 6 e 16 de dezembro", afirma o sindicalista.

PUNIÇÃO AOS TORTURADORES

Enquanto mostra os sinais da tortura pelo corpo, Gerônimo explica que teve sorte de estar vivo e não ter ficado mutilado, pois era comum os torturadores castrarem os presos políticos. Falando sobre sua prisão, ele disse que "os militares cercaram a minha casa em Corrientes e me levaram com meu filho de 15 anos preso. Durante três meses fiquei com os olhos vendados e fui muito torturado no regimento 9 de Corrientes". Diversas pessoas "desapareceram" nesta época, pois durante a sessão de tortura, se a venda caía, os torturadores eliminavam o preso imediatamente para que não o reconhecessem.

O clima em Corrientes era de terror, conta Gerônimo. Segundo ele o exército matava em plena rua e chegava a esmagar o crânio das pessoas com a coronha do fuzil para atemorizar os pedestres. "Fiquei preso até 1979. Me soltaram, mas dentro de 10 dias me prenderam de novo, dizendo que tinha sido um engano a minha soltura. Fiquei preso depois em La Plata até a semana passada".

Junto com Gerônimo na sede da CGT está o jovem Pedro Avalo, que foi solto na véspera do Natal. Pedro foi preso com 21 anos, em 1976, na cidade de Posadas e apesar de ser semi-paralítico, foi torturado barbaramente e não recebeu atendimento médico nesta época. Ele deixa claro que os torturadores devem ser julgados, "porque sumiram com 30 mil argentinos e a sociedade exige uma explicação". (Dominicos Abreu)

A proposta dos comunistas

Formado no ano passado, com base no jovem e vigoroso movimento operário local, o Partido Comunista do Suriname tem se portado com independência na crise atual. Num documento lançado dias antes do golpe, sua direção aponta que "nem a velha ordem nem as presentes normas militares são capazes de trazer soluções de interesse do país e do povo". E chama o povo surinamês a se unir na luta por uma "resposta progressista e democrática", sintetizada em oito pontos:

- 1) Troca do tipo militar-autoritário de governo por outro, democrático.
- 2) Assembleia Constituinte escolhida por todo o povo.

fim do "estado de emergência", abolição das leis antidemocráticas, liberdade política.

- 3) Aumento dos salários.
- 4) Medidas para garantir e criar empregos.
- 5) Contra as demissões em massa.
- 6) Reforma agrária genuína, que dê a terra aos camponeses pobres.
- 7) Que os ricos paguem a crise! Tomar o dinheiro para o desenvolvimento de onde ele está: das multinacionais, bancos, companhias de seguros, grandes empresários, importadores e senhores de terras.
- 8) Política externa independente.



Surinameses em greve: a luta operária cresceu no final de 82

A causa palestina, um ano depois

Há exatamente um ano visitei o Líbano, como presidente da UNE, para participar do aniversário de fundação da Organização de Libertação da Palestina. Em 1983, porém, não houve festejos em Beirute. A última agressão israelense arrasou toda a zona Oeste da cidade. Os combatentes e dirigentes da OLP foram espalhados por diversos países árabes.

Em nossa viagem pudemos ver de perto os efeitos das agressões anteriores de Israel. A destruição era bem visível em bairros como o de El Fakhani, com edifícios completamente demolidos por poderosas bombas, de fabricação norte-americana. A cidade estava dividida em duas zonas; a Leste, sob controle das forças direitistas comandadas pela família Gemayel; a Oeste em mãos de parte do exército libanês, de tropas sírias e palestinas, todas opostas à política expansionista de Israel.

Ficamos na Zona Oeste. Apesar da forte presença militar não havia hostilidade por parte

da população civil. Palestinos e libaneses tocavam a vida para diante, perfeitamente integrados.

A delegação brasileira comemorou a chegada de 1982 dentro de um pequeno ônibus que nos trazia de volta a Beirute, depois de visitarmos uma escola de crianças palestinas cujos pais morreram em combate, "filhos de mártires". À meia noite, pipocaram tiros, festejando o ano novo.

O APOIO AOS PALESTINOS

Passados 365 dias, Beirute Oeste está em ruínas, a OLP com seus escritórios agora em Damasco, na Síria, e quase 11 mil guerrilheiros obrigados a deixar o Líbano. Isso tudo é consequência da invasão perpetrada por Israel a partir de 6 de junho, e que continua até hoje, ferindo da forma mais acintosa a soberania do Líbano. Os agressores mataram milhares de pessoas, das quais 85% eram civis. Impuseram pelas armas um novo presidente libanês. Pretendem agora criar um "plano especial de turismo" e acordos que permitam sua penetração comercial no Líbano. Em suma, lançam seus tentáculos sobre a nação ocupada.



Guerrilheiros palestinos ao deixar Beirute: apoio em todo o mundo

Se a OLP sofreu um revés ao ter que sair de Beirute, por outro lado nunca os palestinos ganharam tanto apoio e respaldo no mundo. Sua resistência heróica ao cerco de Beirute trouxe-lhes um enorme prestígio. E o governo sionista nunca esteve tão isolado e desmoralizado. O massacre de refugiados palestinos nos campos de Sabra e Chatila, com o apoio do exército israelense, gerou protestos de centenas de milhares em Israel e uma onda de indignação em todo o mundo, inclusive em nosso país.

A PAZ VERDADEIRA

Hoje, pela primeira vez, Israel se vê obrigado a negociar prisioneiros com a OLP. E discute-se concretamente a criação de um

Estado palestino na Jordânia, ou alternativa semelhante. Embora o objetivo maior da revolução palestina seja a volta aos territórios ocupados por Israel e a criação de um Estado democrático e laico (sem preferências religiosas), a OLP aceita soluções intermediárias, como passos na busca da meta final.

A paz só será verdadeira e duradoura no Oriente Médio quando os palestinos tiverem seu Estado independente. Esta saída não significa a expulsão do povo judeu. Se os interesses imperialistas forem derrotados e a luta democrática do povo judeu se aliar à luta dos povos árabes, será possível um dia que o Ano Novo seja comemorado por palestinos e judeus, juntos e em paz. (Francisco Javier Alfaya)

Violência racista nos EUA leva negros à luta

Exacerbada pela crise econômica, a violência racial voltou a explodir nos Estados Unidos. Desta vez o detonador foi o assassinato de um jovem negro de 21 anos por um policial, com um tiro desferido a sangue-frio, dia 28 de dezembro. Foi o bastante para que se alastrasse uma verdadeira rebelião negra, sobretudo dos jovens de Overtown, o gueto negro da cidade de Miami, mundialmente conhecida como centro de turismo grãfino. Em grupos, eles invadiram e saquearam supermercados e lojas e enfrentaram valentemente a polícia.

As barricadas e os choques de rua em Overtown se prolongaram por três dias, enfrentando uma brutalidade

policial das piores e deixando um saldo total de 2 mortos, 26 feridos e mais de 40 presos. Os 250 quarteirões do gueto sofreram verdadeira ocupação militar, com lojas obrigadas a fechar suas portas e restrições ao trânsito de veículos e pedestres. O próprio FBI, encarregado da repressão social e política nos Estados Unidos, participou junto com a polícia no esmagamento do protesto.

OS FRUTOS DA CRISE

Podem parecer estranho que a apazível Miami seja hoje palco de uma revolta que lembra o grande levante negro do "verão quente" de 1967. No entanto, Miami é um dos pontos onde a crise do capitalismo americano criou uma situação social e racial mais delicada. Os brancos, que eram 83% da população em 1950, hoje não passam de 44%, contra 39% de hispano-americanos e 17% de negros. Entre estes estão 25 mil refugiados haitianos, levados para verdadeiros campos de concentração. E todos são tratados como cidadãos de segunda categoria, sendo as vítimas preferidas da polícia e do desemprego, sobretudo agora que a crise golpeia a prospera indústria do



Vários carros foram incendiados

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grinsolis



Javier com Arafat, líder da OLP

Mazzarollo é mantido em semi-isolamento

A transferência para o Regimento da Polícia Militar em Curitiba é a principal reivindicação carcerária de Juvêncio Mazzarollo, jornalista condenado a um ano de prisão por ter escrito em editorial considerado atentatório à "segurança nacional" pelo governo militar. Juvêncio está preso desde 27 de setembro no Presídio de Piraquara.

"Minha condenação ocorreu pouco antes das eleições, relembra o jornalista, em entrevista exclusiva à Tribuna Operária, concedida na prisão. "Já estávamos nas vésperas das eleições, e mesmo assim fui condenado. Em dezembro, após o amplo repúdio que o regime militar sofreu nas urnas, o Superior Tribunal Militar ainda manteve a condenação".

Mazzarollo considera que, mesmo após ter sido derrotado, o regime militar não mudou: "Os militares não querem que nada mude. É um desafio muito grande à linha política, ao sentimento oposicionista que foi vitorioso em 15 de novembro. Agora eu me pergunto — como o governador do



Juvêncio Mazzarollo está confinado em Piraquara desde setembro do ano passado.

PMDB, no Paraná, se sentirá com um preso político nas suas fronteiras? Confio que ele usará sua influência política para pressionar por minha libertação. Confio que todo o povo aprofundará ainda mais sua luta para acabar com a Lei de Segurança Nacional e por em liberdade os padres, jornalistas, camponeses e todos os cidadãos que estão presos ou processados com base nessa lei espúria. O arbítrio e a prepotência do regime militar continuam, e contra eles devemos todos nos unirmos."

Para condenar Mazzarollo na LSN, o regime precisou usar, além do arbítrio da própria lei, expedientes extrajudiciais: "O processo que foi instaurado contra mim baseado no artigo 14 da Lei de Segurança, versa sobre a divulgação de notícias falsas. Mas nenhuma das denúncias que veiculei contra o regime militar no meu jornal, "Nosso Tempo", era falsa. E como o promotor não conseguiu provar a pretensa falsidade, ele pediu meu enquadramento em outros artigos, durante o julgamento. Isso sem conhecimento prévio da defesa e mesmo sem eu estar informado. Ora, pelas vias normais da própria LSN, isso requeria um outro processo. Mas eu acabei sendo condenado, com base no artigo 42, num processo pelo artigo 14. Um absurdo até para o absurdo da LSN!"

Mazzarollo está confinado na Penitenciária de Piraquara (a que teve um levante de presos comuns, às vésperas do Natal), e é o único preso político no local. Isso deixa-o numa situação de "semi-solitária". Situação agravada pela localização da penitenciária. "Fica difícil aos seus amigos e mesmo às pessoas que não conheço, mas que são solidárias comigo, me visitarem. Até mesmo os advogados têm dificuldades de virem me ver. Piraquara fica a 30 km de Curitiba, e o presídio a 5 km de Piraquara e por uma estrada ruim, de terra. Fico quase que no isolamento".

Mazzarollo tem ainda uma outra queixa: "A alimentação aqui é péssima. A comida, muitas vezes, é temperada só com água e sal. Depende de amigos para conseguir frutas ou mesmo tempero. Não fosse isso, passaria fome, pois o Estado não fornece alimentos. Daí a minha reivindicação de ser transferido para Curitiba: pelo menos ficaria mais fácil o acesso de meus amigos até o presídio..."

SINTA A PRESENÇA DO TERROR



"Nosso Tempo", editado por Mazzarollo

O PTB barganha com o voto de seus eleitores

A solução para o governo continuar com maioria no Congresso Nacional é a imediata coligação entre o PTB e o PDS. Em troca, o PTB receberia um Ministério ou outros cargos de destaque. Esta é, em resumo, a proposta indecente que está sendo articulada através do deputado federal do PDS Edison Lobão.

Além das declarações de Edison Lobão, a presidenta do PTB, Ivete Vargas já foi visitada no Hospital dos Servidores do Rio de Janeiro pelo senador José Sarney e pelo governador de São Paulo José Maria Marin. Também nesse sentido são suas conversas recentes com o General Golbery. O vice-presidente do partido, Ário Teodoro, já se manifestou favorável a esse "casamento". Segundo ele "o partido teria mais a ganhar aliando-se com o governo federal".



Ivete Vargas reza por um bom cargo.

Nestas manobras sujas, o que vai ficando claro para o povo é quem são na verdade estes falsos oposicionistas. Em São Paulo, durante a campanha eleitoral, Jânio Quadros se colocou nas manchetes dos jornais falando em "revolução sangrenta". No Rio de Janeiro, Sandra Cavalcanti tentava esconder seu passado de mata-mendigo, declarando-se "duplamente de oposição, ao governo estadual e ao governo federal". Quem não viu em tempo que isso era um jogo de cartas marcadas, onde o único objetivo era dividir os votos que seriam dados à oposição, sente agora o desgosto de ter seu voto negociado num mercado asqueroso. Sem o menor escrúpulo, políticos que se diziam de oposição e receberam votos oposicionistas oferecem apoio ao governo em troca de tal ou qual cargo, tal ou qual

privilegio. É uma traição descarada aos eleitores.

A MANOBRAS DO GOVERNO

As raposas do PTB também em fusão com o PDT. É interessante que só agora os dois partidos lembram que isolados são fracos e incapazes de sobreviver, com a atual legislação partidária. Quando a oposição mais conseqüente apontou o caminho da unidade das oposições, para derrotar o PDS, eles preferiram o caminho da divisão. Isso trouxe grandes vantagens para o governo, como foi o caso evidente do Rio Grande do Sul, onde o PDS venceu apesar de minoritário.

Essas manobras trazem também outra lição. São uma tática do governo para reverter o resultado das eleições. O governo saiu escaldado em 15

de novembro e perdeu sua confortável situação de maioria parlamentar. Na nova composição da Câmara Federal os votos do PMDB, PDT, PTB e PT, somados, ultrapassam em 18 os votos do PDS.

Para aprovar seus projetos antinacionais e antipopulares, para aplicar a política do FMI, para descarregar a crise nas costas dos trabalhadores, o governo precisa de maioria parlamentar. E isso poderia ser conseguido com a adesão do PTB.

Jânio Quadros, em longo roteiro turístico, curtindo sua derrota nas urnas, já mandou um recado aos colegas do PTB. "Não decidam nada sem mim". E disse que antes de agir quer conversar com ministros e militares. Afinal o PTB quer vender bem caro o seu apoio ao regime.

Novo ataque contra a TO

Intimidados pelo superintendente da Polícia Federal de São Paulo, os jornalistas Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa e Bernardo Joffily tiveram que comparecer novamente ao prédio da PF esta semana. Trata-se de um inquérito com base nos artigos 21, 36 e 42 da famigerada Lei fascista de Segurança Nacional e o motivo alegado desta vez são alguns dos artigos da seção Lições da Luta Operária, tradicionalmente publicada pela Tribuna Operária desde seu primeiro ano de existência.

Os artigos e incisos citados punem quem "subverter a ordem", "incitar à guerra ou à subversão da ordem, à luta pela violência entre as classes sociais", ou ainda "fizer propaganda subversiva" de "guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva".

Ora, os funcionários da Polícia Federal pagos para vasculhar cada linha publicada na Tribuna, em busca de supostos crimes contra a "segurança nacional", seja qual for o pretexto, investem agora sobre as Lições da Luta Operária, uma seção exclusivamente dedicada aos problemas teóricos do movimento proletário que não subverte nem incita coisa alguma. Na grande maioria das vezes nem sequer se refere particularmente ao Brasil. Limita-se ao estudo objetivo e científico do movimento social.

Pelas perguntas, o inquérito parece sustentar-se no fato deste estudo tomar por base os princípios do marxismo-leninismo, doutrina universalmente provada pela experiência passada e presente da classe operária. Os governantes do país têm lá seus motivos para alimentar um medo pânico desta doutrina. Mas mesmo a LSN, com toda sua sanha fascista, não se atreve a punir como crime o simples fato de alimentar convicções marxistas-leninistas o que, de resto, seria totalmente inútil.



Os familiares tem tentado de todas as formas conseguir a liberdade dos detidos

Base Aérea de Canoas tortura trabalhadores

Continuam presos em Canoas, no Rio Grande do Sul, sete trabalhadores que, sem nenhuma prova, são acusados de terem roubado uma metralhadora do tipo HK 33 da Base Aérea do município. As prisões, timidamente noticiadas pela imprensa burguesa, ocorreram no dia 28 de outubro. Detidos sem nenhuma ordem judicial, os operários ficaram incomunicáveis até o dia 22 de dezembro, sendo barbaramente torturados para que confessassem um crime que nem tinham conhecimento.

As prisões lembram os negros anos da ditadura fascista. Arthur da Silva Oliveira, um ferreiro armador que trabalhou na Base Aérea, foi o único detido liberado. Ele contou ao jornal gaúcho Denúncia que foi preso por oito policiais na manhã do dia 28; sendo algemado, encapuzado e arrastado a um local indefinido. Os torturados perguntaram-lhe sobre um tal de "Biribinha" e como ele não o conhecia, começou a apanhar; deram-lhe pancadas na cabeça, chutes na barriga, choques elétricos na língua e nos dedos e tiros que raspavam os seus pés. Nada conseguindo o abandonaram numa rua da cidade.

Já dona Morena de Lima Gonçalves, mulher do pedreiro Edson Santos Rocha, teve sua casa cercada na madrugada do dia 28 por cerca de 15 homens armados de metralhadora. Forçando as portas e as janelas da humilde casa no bairro de Vila Estância Velha, os militares a invadiram a procura do seu ma-

rido, não o encontrando — posteriormente Edson, amedrontado, entregou-se a polícia, permanecendo preso. Dona Morena reconheceu na invasão alguns dos policiais, como o Nelsão e o Flávio, os que revistaram a moradia, desfazendo gavetas e revirando os colchões, sempre aos berros. Entre os policiais reconhecidos pelas esposas, mães e irmãs de todos os detidos, estavam: Flávio, Nelsão, Moraes, Heitor, Rui e Araújo, todos inspetores da Delegacia de Canoas. Também foram vistos alguns policiais militares, à paisana, da Aeronáutica, participando da operação de intimidação da população de Canoas.

HABEAS-CORPUS NEGADO

Revoltados, os familiares dos operários detidos, com o auxílio do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, entraram com um pedido de habeas-corpus no dia 12 de novembro, mas este foi negado sob a alegação falsa de "crime militar". Também entraram com pedido de exame de verificação dos delitos corporais na Auditoria Militar, mas apenas três presos foram chamados ao Instituto Médico Lecal, numa clara tentativa de esconder as marcas de torturas.

A metralhadora HK 33 da Base Aérea, roubada na noite do dia 25 de outubro, até agora não foi encontrada. Mas permanecem detidos os setes homens, apesar de serem trabalhadores e não terem qualquer antecedente criminal ou policial. (da sucursal)

Para que elegemos os governadores do PMDB

Certa polêmica vem de surgir dentro das hostes do PMDB. O combativo deputado federal pelo Paraná Alencar Furtado, um dos mais votados em 15 de novembro, frisou terça-feira que os governadores do PMDB teriam que seguir as diretrizes fixadas pelo partido. Na quarta, Tancredo Neves, governador eleito de Minas Gerais, replicava, como quem veste a carapuça.

"Compete ao partido traçar a linha política para seus correligionários — declarou Tancredo — mas é preciso

que essa linha não invada a área da autonomia dos governadores". Deixando-se de lado a linguagem indireta, a questão pode ser resumida assim: uma parte dos políticos peemedebistas, interessada hoje numa linha de oposição mais efetiva ao governo federal, procura para isso fortalecer a legenda, a direção e o programa do PMDB; enquanto outra ala, ligada a alguns dos governadores eleitos, busca na autonomia a justificativa para gestos de conciliação com a administração do general Figueiredo.

Tancredo Neves tem sido um expoente deste segundo comportamento, com suas propostas de escolha do

próximo presidente "por consenso", entendimento com Figueiredo, cessação da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Já o deputado federal Francisco Pinto, reforçando a preocupação de Alencar Furtado, considerava também preocupante a ação dos governadores do PMDB, "inclusive pelos antecedentes que temos de muitos prefeitos que, eleitos pela oposição, acabaram se transferindo para o partido do governo. Isso gera apreensões em alguns setores do partido e eu mesmo noto que nuvens negras estão se formando, mas é difícil imaginar como conter a ação política dos governadores".

As apreensões de Chico Pinto — partilhadas por uma enorme massa de trabalhadores e democratas que votaram no PMDB — não são em relação à autonomia dos governadores. É evidente que os governadores oposicionistas têm toda autonomia para realizar seus governos democráticos de oposição. Foram eleitos para isto. Assim como é igualmente claro que não têm nenhuma autonomia para conciliar com o poder central antidemocrático ou render-se a ele. Uma tal atitude seria energeticamente condenada pelos mais amplos setores populares e democráticos do país, dentro e fora do PMDB — mais ainda nos momentos dramáticos que o Brasil vive devido à política antinacional e antipopular do regime militar nestes 19 anos



Foto: Luis Humberto

Alencar Furtado: o partido oposicionista deve traçar a linha

Salário baixo e pão caro é a política do FMI para nós

Corte nos salários, aumento nas tarifas dos serviços públicos, cortes nos subsídios ao gás de cozinha, açúcar, pão e alimentos. É o que está na Carta de Traição entregue pelo governo ao FMI. As medidas já tem efeito prático. Os funcionários públicos da União são reajustados 40% abaixo da inflação. O gás de cozinha pula para 1000 cruzeiros e butijão.

Os assalariados serão duramente atingidos pelas exigências do Fundo Monetário Internacional. Todos os ministros e tecnocratas já declararam que a lei salarial será alterada. Já não restam dúvidas, o que se discute agora é o método. Até o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que posava de defensor da lei já estuda as mudanças.

O assessor de Murilo, Celso Pastore, considera que a alteração deve ser feita no cálculo da produtividade. Segundo o Ministério, numa época de crise os índices de produtividade não podem ser grandes, pois a economia não está crescendo. Já Delfim Netto defende alterações bruscas que incluem a retirada dos 10% acima do INPC para os que ganham de um a três salários mínimos e o enforcamento da produtividade.

MUDANÇAS NOS CÁLCULOS

Outra idéia que vem ganhando corpo no governo é a aplicação da produtividade sobre o salário de um ano atrás. Por exemplo se os metalúrgicos do ABC conseguirem uma produtividade de 5% na campanha salarial de abril de 1983, o índice seria aplicado sobre o salário de abril de 1982 e não sobre o salário já reajustado. Na lei atual a produtividade seria aplicada sobre o salário reajustado já levando em conta o INPC de outubro de 1982 e o de abril de 1983. Isso dá uma diferença para menos de 3 a 4%. Esse é um truque para diminuir a folha de salário que o patrão paga e teoricamente manter a produtividade.

Qualquer que seja o truque usado pelos tecnocratas eles tentarão cumprir a ordem do FMI: fazer com que os salários fiquem abaixo da inflação. Por trás dessa questão de produtividade, o que está em jogo não são os métodos de cálculo mas sim o princípio da livre negociação entre patrões e empregados. Uma velha luta do movimento sindical.

A produtividade, com qualquer nome que tenha, representa na atual legislação a parcela do aumento que é negociada entre os patrões e operários. É com essa pequena parcela de livre negociação que o governo e o Fundo querem acabar. E isto não é surpresa para ninguém. Onde o FMI mete a mão, sua política é de arrocho e de repressão ao movimento sindical. Foi assim na Índia onde recentemente o FMI exigiu modificações nas leis trabalhistas que culminaram numa lei anti-greve. No Equador, México e Argentina as exigências são semelhantes.



A recessão chega nas estatais

O eixo principal da política resumida na Carta de Intenções ao FMI é a recessão. É uma continuação da política recessiva adotada nos últimos anos, com uma agravante: o violento corte nas estatais.

As estatais movimentam mais de um terço da economia e conseguiram escapar da recessão que atingiu a indústria em cheio em 1981 e a agricultura em 1982. Nesses dois anos a indústria caiu mais de 10%, e em 1982 a agricultura teve uma queda de 5%. No entanto as estatais cresceram de 2 a 3%, evitando um desastre social ainda maior. Agora elas não poderão escapar. O FMI não permite.

O corte nos orçamentos das estatais para o ano de 1983 é drástico. A começar pelas despesas com salários. Elas têm que ficar abaixo da inflação. Chova ou faça sol. O pior é que a inflação é calculada em 78%. E os resultados já se fazem sentir. O funcionalismo público da União foi reajustado em 61% para o ano de 1983. (Veja pág. 5).

APERTO POR TODOS OS LADOS

Além do corte nos salários, as camadas populares são atingidas pelo corte dos subsídios ao trigo, ao óleo Diesel, ao pão, macarrão e à produção de alimentos. O pretexto apresentado pelos banqueiros é que o governo gasta muito dinheiro com esses subsídios e é obrigado a emitir mais dinheiro, o que causa a inflação.

Essa é uma política de dois pesos e duas medidas e demonstra a quem serve o governo. Pois ao mesmo tempo em que tira subsídios de um lado impondo sacrifícios pesados às camadas mais desfavorecidas, abre

CORTES VIOLENTOS

O corte mais violento foi nos investimentos das estatais. Em 1982 elas investiram 3,1 trilhões de cruzeiros e se fossem continuar no mesmo ritmo teriam que investir 6,2 trilhões em 1983 — supondo uma inflação de 100%. No entanto o governo decretou que os investimentos em 1983 deverão ser de 4,5 trilhões. Um corte real de 25%; uma porretada, na economia, maior do que a que causou a recessão de 1981.

Além disso os cortes não são por igual. Alguns setores estão sendo literalmente asfixiados. O siderúrgico é o melhor exemplo: seus investimentos em 1983 vão cair pela metade. Basta dizer que o projeto Açominas está praticamente fora do mapa.

Mesmo com toda essa política o governo, com seu cinismo já tradicional, nega a recessão em 1982. Diz que as estatais serão podadas mas a iniciativa privada poderá crescer. Conversa para boi dormir. As estatais são hoje empresas gigantescas com peso fundamental no ritmo econômico. Se elas recuam, a economia toda recua.

os cofres públicos favorecendo o grande capital com subsídios e mordomia cada vez maiores. Um dos exemplos é o que está ocorrendo com o escândalo do grupo Delfin (veja matéria abaixo) que compro-

Só com a luta os operários defendem os seus interesses

Para salvar os seus lucros, e por exigência direta do FMI, os patrões se preparam para aumentar brutalmente o número de desempregados no país e reduzir mais ainda o salário dos que continuam ocupados.

Surgem logo "líderes" que em nome do bom senso aconselham os trabalhadores a se calarem, e adiam suas reivindicações, para deixar a onda passar. Como se este comportamento servil fosse comover os capitalistas. Pura ilusão. Se não defenderem com unhas e dentes cada centavo de seu salário e cada operário no emprego, os trabalhadores só terão mais fome e mais miséria.

Com a crise é mais difícil manter as conquistas econômicas. Mas é indispensável a organização dos trabalhadores — empregados e desempregados — em torno de suas entidades de classe. Só com a luta podem defender seus interesses e resistir à exploração. Os patrões só se preocupam com os lucros e só respeitam os direitos dos operários quando são pressionados por um vigoroso movimento de massas.

mete bilhões de cruzeiros de dinheiro do estado.

SETORES PRIVILEGIADOS

O setor exportador cada vez fica com mais subsídios oficiais. A taxa de juros que os exportadores pagam é de 40%. Isto é 60% abaixo da inflação e muito abaixo das taxas do mercado que andam pela casa dos 200%. Acontece que a economia é como cobertor de pobre. Se esquenta a cabeça esfria o pé e se puxa para o pé não esquenta a cabeça. Os recursos são limitados. Ou vão para um setor ou vão para outro. O Estado toma a decisão: ou ajuda com subsídios o consumo popular, principalmente os bens essenciais, alimentos e transporte, ou subsidia o capital estrangeiro e os grandes monopólios.

Numa época de crise essa decisão aparece com maior clareza. Rasgam-se as máscaras. A retirada do subsídio ao Diesel vai disparar o custo dos transportes, que tanto pesa no orçamento do povo pobre. No caso do trigo vai disparar o preço do pãozinho — que já está a 13 cruzeiros — do macarrão e da farinha. O aumento do butijão de gás para 1.000 cruzeiros é apenas o começo.

O Brasil não tem nem como pagar as contas deste mês

Os destinos do Brasil estão por um fio — um fio de telex. No dia 21 de dezembro, o Banco Central mandou um telex para cada um dos 1.114 bancos internacionais que controlam o país através da dívida externa. Pedia, no total, mais de 20 milhões de dólares para acertar as contas de 1983, que já começam a vencer neste mês de janeiro. E dava um prazo até 30 de dezembro para a resposta dos banqueiros. A resposta não veio. No dia 30, outro telex revelou a situação do Brasil após 19 anos de regime militar: o governo anunciava que não tem como pagar as amortizações da dívida externa em janeiro. E criava uma situação de fato.

CHANTAGEM HUMILHANTE

Na prática, apesar de todos os desmentidos, trata-se de uma mortuária — e humilhante. A nação perdeu a capacidade de administrar sua própria economia. Mesmo com todas as concessões feitas ao FMI, que durante três anos será o "auditor", ou "fiscal", da política econômica brasileira, não resolve nem os problemas do primeiro trimestre do ano. Os banqueiros retardam a resposta. É uma forma de aprofundar a chantagem.

Obediente, o governo acelera as medidas entreguistas. No final de 1982 comprometeu-se a desvalorizar o cruzeiro num ritmo sempre maior que a inflação, fazendo-o perder ainda mais força em relação ao dólar. E baixou dois decretos consecutivos que são dois verdadei-

ros pacotes de traição nacional: os decretos leis nº 1986 e 1994, de dezembro passado.

OS DECRETOS DA TRAIÇÃO

O primeiro decreto do general Figueiredo atrai o capital estrangeiro para a especulação nas bolsas de valores do Brasil através da diminuição dos impostos. Na lei antiga, as alíquotas do imposto chegavam a até 60%, dependendo do tempo de permanência do capital. Agora, são de apenas 15% e não dependem de tempo. Em algumas modalidades de investimento nas Bolsas, o capital estrangeiro pagava uma taxa de 15% como imposto. Agora não paga nada. Num documento oficial, os ministros da área econômica explicam que essas medidas são imposições do "sistema financeiro internacional".

O segundo decreto de Figueiredo também entrará tristemente para a história. Segundo ele, toda empresa estrangeira que tiver dívidas no sistema financeiro internacional, geralmente com sua própria matriz, terá um prêmio (!) equivalente a 10% do valor da dívida em cruzeiros, se convertê-la em investimento direto. Por exemplo: se a Volkswagen "do Brasil" deve 100 milhões de dólares à Volkswagen da Alemanha, e transforma esta dívida em parte do seu patrimônio, o governo brasileiro ainda lhe dá um prêmio de 10 milhões de dólares, ou 2,5 bilhões de cruzeiros. É o prêmio da desnationalização.

BNH recua e não abre o caso Delfin

Negócio é decisão de três ministros

Um escândalo de Cr\$ 70 bi envolve BNH e grupo Delfin

Na passagem do ano, um novo escândalo econômico, envolvendo o governo Figueiredo, foi denunciado pela imprensa: uma negociata favorecendo o grupo Delfin (o das cadernetas de poupança). O BNH recebeu terrenos da Delfin, oficialmente avaliados em Cr\$ 9,6 bilhões, como se valessem Cr\$ 60,9 bilhões!

A negociata foi denunciada no dia 30 de dezembro. Veio à tona, inclusive, um documento confidencial assinado pelo presidente do Banco Nacional da Habitação, José Lopes de Oliveira, endereçado ao ministro do Interior, coronel Mário Andrezza, onde considera "um risco potencial" a realização do negócio entre o BNH e o grupo Delfin.

MINISTROS ENVOLVIDOS

O Banco Nacional da Habitação é quem gere o dinheiro dos trabalhadores mensalmente depositados no Fundo de Garantia. O grupo Delfin devia ao BNH Cr\$ 77 bilhões (evolução de uma dívida que, em março de 1979, era de Cr\$ 9,9 bilhões, que cresceu nesse período em decorrência da apropriação de juros e correção monetária), entregou ao Banco dois terrenos localizados em Jacarepaguá (Rio) e Cotia (São Paulo), avaliados pelo grupo — e aceitos pelo BNH — em Cr\$ 60,8 bilhões.

Acontece que uma Comissão do Governo Federal havia avaliado esses mesmos terrenos em Cr\$ 9,6 bilhões. E o presidente do BNH, que antes considerara o negócio "um risco potencial", passou a defendê-lo com unhas e dentes, após tê-lo realizado sem sequer consultar o restante da diretoria do Banco para sua aprovação.

José Lopes de Oliveira agiu, na negociata, em conjunto com o ministro do Interior, coronel Mário Andrezza (ao qual o BNH é afeto), o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o ministro do Planejamento, Delfim Netto. O coronel Andrezza disse que assumiu "a responsabilidade pela transação", no seu entender a melhor possível para o interesse nacional.

VALOR POTENCIAL

Para justificar o recebimento dos terrenos por um valor que lhes é superior em Cr\$ 51,2 bilhões, os assessores do general Figueiredo envolvidos no escândalo criaram a figura do "valor potencial" do terreno, ou seja, o valor que o imóvel teria se nele fosse executado um projeto. É como se um trabalhador pagasse, por um terreno baldio, o valor da casa que pretende construir nele mais tarde...

Até o presidente do Tribunal de Contas da União, Mário Pacini, espantou-se com o ocorrido: "Este tipo de negócio é inédito no mundo inteiro. Nunca se ouviu falar de uma negociata do gênero. Esse é o tipo de criatividade que eu, como brasileiro, honestamente gostaria que não ocorresse".

"BOM PARA TODO MUNDO"

Já o principal dirigente do grupo Delfin, Ronald Levinsohn (o grupo é presidido pelo general Idílio Sáfedberg),

classificou o negócio como "bom para todo mundo. Para o BNH a operação foi boa, porque o banco tinha falta de terrenos e passou a dispor de locais para a construção, sem nada desembolsar. Apenas quitando a dívida do grupo Delfin".

E o senador Paulo Brossard, do PMDB gaúcho, que já lecionou Direito Constitucional e Direito Civil, chegou a ser didático ao abordar o assunto: "A minha casa custou 4 milhões, hoje poderei vendê-la por 40 em 10 anos é provável que venha valer 400 milhões, se não mais, se a nossa moeda continuar se aviltando; haverá, contudo, alguém, banqueiro ou não, que a receba em pagamento de dívida, hoje, pelo que ela poderá valer em 1993, ou seja, pelo seu valor potencial? Trata-se de escândalo maiúsculo, tanto maior quando o mesmo governo, apregoando uma 'economia de guerra', impõe sacrifícios à sociedade, sacrifícios que se vão tornando cada vez menos suportáveis".

FIGUEIREDO OMISSO

Durante todo o episódio, o chefe do governo, general João Figueiredo, manteve-se omissos. Ele, que acaba de decretar um reajuste salarial miserável para o funcionalismo público e vem fazendo peroração sobre a falta de recursos do governo federal, cala-se diante da negociata que envolve seus assessores diretos e o dinheiro dos trabalhadores.

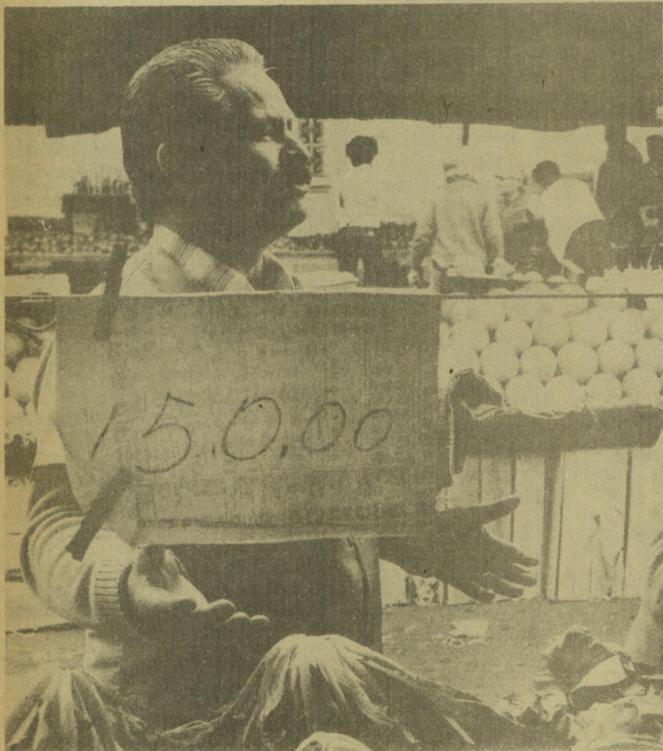


O ministro-coronel Andrezza

Denúncia abala a candidatura de Andrezza

A denúncia da negociata envolvendo o BNH e o grupo Delfin tem como pano de fundo a luta intestina, dentro do grupo que monopoliza o poder, pela sucessão presidencial. O ministro Andrezza assumiu verbalmente, no dia 4, a responsabilidade pela negociata. Andrezza é tido e havido como o candidato do Palácio do Planalto à sucessão de Figueiredo.

Mas outros candidatos existem, dentro das hostes mesmo do governo, e funcionários do BNH comentavam, quando veio à baila o escândalo BNH-Delfin, que por traz da sua revelação estaria o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Otávio Medeiros, também de olho no trono presidencial e interessado em desgastar outros concorrentes.



Os trabalhadores enfrentarão preços ainda mais elevados dos alimentos.

Operários pagam a crise sendo demitidos em massa

As fábricas já começaram as demissões em massa, fruto da política de recessão econômica exigida pelos nossos credores internacionais, em particular o Fundo Monetário Internacional (FMI). Algumas firmas estão com a produção paralisada, outras estão pedindo concordata, mas no fim é o trabalhador que acaba pagando pela crise que não criou, perdendo o emprego.

No período de uma semana, três importantes metalúrgicas do grupo São Paulo demitiram cerca de 1.200 empregados. No dia 29 de dezembro a General Elétrica, de Santo André demitiu 400 operários. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, as demissões foram motivadas por causa da queda nas exportações do ferro elétrico mundial, lançado em setembro último.

Em outra cidade industrial, Osasco, duas metalúrgicas do grupo Vidigal faziam demissões em massa. A Cobrasma, especializada em mecânica pesada, demitiu 222 operários no dia 27 de dezembro. Uma semana mais tarde a fábrica de eixos para caminhões, tratores e automóveis — Braseixos — demitiu 535 empregados. A Braseixos já chegou a ter 5.500 empregados e hoje mantém 2.500 trabalhadores. A produção está paralisada e depois das férias coletivas pode haver novas demissões.

Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, declarou à *Tribuna Operária* a respeito das demissões, que os empresários "querem matar os trabalhadores por um pecado que é deles". E acrescenta: "É interessante notar que os patrões sugam o sangue do trabalhador sem qualquer respeito. Antes da demissão os operários da GE, agora demitidos, eram obrigados a trabalhar no sábado e domingo e trabalhavam 12 horas por dia. Quem não fazia estas horas-extras 'optativas' era isolado do restante do pessoal e recebia pressões".

Para Antonio Toschi, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, "ou o governo cria um salário-desemprego ou os empregados saem para o pau. Os desempregados estão chegando a uma situação de desespero e nós temos quatro vezes mais desempregados do que os efetivos do exército".

Juvêncio Gonzales Pereira é um dos demitidos da Braseixos e contou para a TO a sua situação: "Pago 4 mil por mês pela casa do BNH, mas vou suspender o pagamento até eles me despejarem. Hoje tenho problema de

pressão alta por causa da firma e os caras não estão nem aí". Na porta do Sindicato ele fala revoltado: "O jeito é pegar uma metranca e sair arregaçando por aí".

Gaúchos estão sendo demitidos em todo estado

O desemprego no Rio Grande do Sul aumentou bastante no final de 1982, golpeando os operários de várias categorias profissionais de diversas regiões do Estado. O desemprego é maior no setor metalúrgico de Porto Alegre e, sobretudo, de Caxias do Sul, segundo maior centro industrial do Estado.

Em Caxias do Sul o reflexo da crise econômica se reflete com mais intensidade na indústria de implementos agrícolas e rodoviários. A categoria dos metalúrgicos, que tinha mais de 30 mil trabalhadores, conta atualmente com apenas 20 mil, sendo que 4.744 metalúrgicos ficaram desempregados no último ano.

Diversas empresas de porte já solicitaram judicialmente suas concordatas preventivas. As medidas impostas pelo FMI com relação à liberação de crédito deverão agravar mais ainda a situação. Nas fábricas Randon e Marcopolo centenas de trabalhadores estão sendo demitidos e outras empresas têm dado férias coletivas. Para enfrentar esta situação os sindicatos dos trabalhadores irão unificar a luta contra o desemprego.

A indústria de construção civil de Porto Alegre e Canoas já demitiu centenas de operários. Na cidade de Charqueada houve a demissão de 500 metalúrgicos da Aços Finos Piratini. E as demissões se alastram por todo o interior, atingindo as indústrias de fertilizantes de Rio Grande, de móveis de Bento Gonçalves, de máquinas e implementos agrícolas de Santa Rosa e Carazinho e nas indústrias de alimentação de Lageado e Estrela.

Ao lado disso vem ocorrendo um sistemático atraso no paga-

mento dos salários. O descontamento aumenta e já levou muitos trabalhadores à greve para exigir seus direitos. Ocorreram greves na Viação Canoense, em Canoas; na Fundação Farrapos, em Porto Alegre e no Frigorífico Serrano, em Ijuí. (da sucursal)

Crise atinge Curitiba com demissão geral

Os metalúrgicos de Curitiba enfrentam nova onda de desemprego. Agora são os operários da New Holland, fábrica de máquinas agrícolas. Em dezembro foram demitidos 320 e neste ano deverão perder o emprego outros 400 empregados. Em 1982 foram demitidos mil metalúrgicos na capital. A situação se agrava com a perspectiva de fechamento de uma das maiores fábricas da cidade industrial de Curitiba, a Equitel, fabricante de telefones. Esta empresa ameaça demitir 1.600 operários em fevereiro.

Estas duas empresas são alguns dos mais exemplos da crise econômica que atinge a indústria brasileira e paranaense e que reflete diretamente na classe operária. New Holland, fabricante de colhedeiras, produziu em 1980 duas mil unidades e para 1983 produzirá apenas de duas a três unidades por mês. Alega a empresa multinacional que a responsabilidade é do governo, que muda sua política ao sabor dos ventos.

Recentemente a empresa italiana de tecidos Sintetex, fechou suas portas na capital paranaense e foi para a Grécia, porque previu mal. Achou que o país tinha mercado para seus produtos, esquecendo-se que dos 120 milhões de brasileiros, 40 milhões vivem à margem de tudo. A Delden Gronau, alemã, também retirou-se do mercado de tecidos.

E assim, as empresas multinacionais vão levando embora os empregos que abriram na década passada e a crise do desemprego vai se agravando para a classe operária. Para as multinacionais, que vêm o mundo como um grande mercado, mudar de país ou fechar uma empresa, faz parte de sua política. Se aqui não está bom, procura-se outro mercado melhor. (Télia Negrão, Curitiba)



Os servidores gaúchos lotaram a Assembléia e decidiram manter a greve, apesar das ameaças do governo

Greve dos servidores contra corte salarial

Os servidores públicos federais do Rio Grande do Sul iniciaram o ano com uma poderosa greve contra o mediocre aumento concedido pelo governo — de 40% em janeiro e 30% em junho (ver box). Já em Goiânia a greve dos servidores municipais que trabalham na limpeza pública foi duramente reprimida, resultando em 10 operários gravemente feridos.

Iniciada no dia 3, a greve dos funcionários públicos federais gaúchos logo se alastrou, atingindo 85% dos 46 mil trabalhadores da categoria e paralizando totalmente hospitais e postos do Inamps — com a exceção do serviço de emergência — e outras repartições. Os servidores compareceram aos órgãos federais, assinaram o ponto e cruzaram os braços, mostrando sua revolta. Para esclarecer a população afixaram cartazes, como o do posto do Inamps de Caxias com os dizeres: "Não trabalhamos hoje. Lutamos por melhores dias para nossa classe".

"Nosso movimento é justo. É uma resposta ao descalço com que o governo, nosso patrão, trata seus empregados. Exigimos aumento de 147% para repor nossa defasagem salarial que as próprias autoridades governistas reconhecem haver", explica Luis Vargas, diretor da Federação dos Funcionários Públicos Federais do Estado. No segundo dia de paralisação o governo ameaçou decretar a ilegalidade da greve. Na mesma noite os servidores lotaram o plenário da Assembléia Legislativa e decidiram continuar a greve.

Já nos outros Estados a movimentação dos servidores federais é pequena. Em São Paulo alguns postos do Inamps tem realizado operação tartaruga. Na assembleia do dia 4 houve proposta de um dia de protesto, com greve, mas adiou-se a decisão para próxima assembleia no dia 12. "Nós precisamos dar um grito de protesto e no dia 12 vamos medir nossas forças. Agora uma coisa é certa: não vamos ficar quietos frente a mais este arrocho do governo", garante Miguel Magalhães, diretor da UNSP.

REPRESSÃO EM GOIÂNIA

Em Goiânia quem está em greve são os funcionários públicos municipais que não receberam o 13º salário e nem o salário de dezembro. No último dia 5 cerca de 600 operários da Comurg (empresa responsável pela limpeza pública) foram violentamente reprimidos pela polícia quando realizavam uma passeata de

protesto. A ordem de reprimir foi dada diretamente pelo odiado prefeito biônico de Goiânia, Goianésio Lucas.

Pelo menos 10 operários saíram gravemente feridos pelo efeito dos espancamentos, das bombas de gás lacrimogênio e dos cachorros. A "operação de guerra" contou com três caminhões da Tropa de Choque, cerca de dez viaturas e até um helicóptero. Mas os trabalhadores continuam firmes na greve. "A situação de nossos companheiros é de dar dó, não tem mais comida em casa e os armazéns não vendem mais fiado. Mas a gente não se entrega, lutaremos até a vitória", relatou um operário. (das sucursais)

O arrocho dos servidores

O mediocre "aumento" concedido pelo governo ao funcionalismo público federal foi o fator que gerou a grande revolta do setor e a greve gaúcha. Os servidores, além de não terem direito ao reajuste semestral de salários, tiveram o aumento anual parcelado em duas vezes, sendo que uma parte é concedida no início do ano, de 40%, e outra em junho, de 30%.

Segundo as "autoridades" governistas, no final do ano o funcionalismo terá 82% de aumento real nos salários. Mas quem se atém aos números logo vê que é uma farsa. O aumento não atinge 82%, mas apenas 61%. Tomemos como exemplo o caso do médico João da Silva, que ganhava em dezembro do ano passado 100 mil cruzeiros. Com o primeiro aumento ele passa a ganhar 140 mil nos primeiros seis meses; e 182 mil apenas nos seis meses seguintes. Nos doze meses ele terá ganho Cr\$ 1.932 mil, que dividido por doze daria um salário mensal de aproximadamente 161 mil cruzeiros. Ou seja: o aumento real no ano é de 61%.

Já para os militares, que tam-

bém deveriam ter o mesmo "aumento", o general Figueiredo os privilegiou: decretou no mês de dezembro um aumento adicional no soldo de 13%. Assim, enquanto "oficialmente" os servidores públicos civis terão um aumento de 82%, os militares terão um aumento de 105%.

Com este novo truque os servidores terão uma queda ainda maior no seu poder aquisitivo. Segundo pesquisas só no período do governo Figueiredo, enquanto o índice do custo de vida atingiu 1.070,88%, o salário do servidor subiu apenas 529,80%. O próprio Departamento da Administração do Pessoal Civil (Dasp), órgão do governo, concorda que os servidores tiveram uma defasagem no salário de 1975 até maio de 1982 de nada menos que 148%. Comparativamente, o barnabé que recebia o equivalente ao soldo de um coronel do Exército, em 1970, ganha hoje o mesmo que um sargento. E do jeito que os generais privilegiavam seus defensores das casernas esta diferença salarial tende a aumentar, a não ser que os funcionários públicos façam como seus companheiros do Rio Grande do Sul.



Operários na porta da Braseixos: o temor de ser demitido naqueles que ainda estão trabalhando

Chapa 1 dos metalúrgicos vence sem se fortalecer

A chapa 1, da situação, venceu o segundo turno das eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, com 2.840 votos, num total de 5.368. "Uma vitória que não convenceu", comentavam vários metalúrgicos presentes à apuração, encerrada na madrugada do dia 31 de dezembro. Não convenceu nem fortaleceu a diretoria eleita, encabeçada pelo atual presidente do Sindicato, Adão Haggstram.

NAS FÁBRICAS DEU A 2

A chapa 1 não saiu fortalecida porque a votação nas fábricas, sobretudo nas grandes empresas, deu vitória à chapa 2, tanto na primeira, como na segunda rodada. Lá, onde está o setor mais ativo da categoria, a chapa de oposição conquistou a maioria dos votos.

"Esta votação das fábricas é uma clara demonstração do anseio de renovação dos metalúrgicos, que pretendem um

sindicato combativo para comandar a batalha por seus direitos", declarou José Freitas, candidato a presidente pela chapa 2.

O resultado das eleições foi decidido nas duas urnas do Sindicato, onde votaram os aposentados. Os integrantes da chapa de oposição tiveram pouco acesso a eles, ao contrário do que aconteceu com a chapa da atual diretoria do Sindicato. (da sucursal).

Uma nação índia em troca de 250 mil Kwa

DADOS DA CHACINA

A hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, vai produzir em 1985, quando estiver pronta, 250 mil kilowatts para as multinacionais instaladas na Zona Franca de Manaus. Em troca, vai alagar a reserva dos índios atuari-Waimiri, massacrados por constantes expedições pela política deliberada de extermínio dos índios adotada pelo governo militar.

A energia gerada pela hidrelétrica não será suficiente nem para abastecer a cidade de Manaus. Seu objetivo é assegurar as condições para a plena exploração das multinacionais do parque industrial — e a isto se soma a velha estratégia do governo de se ver livre da presença de toda e qualquer nação indígena, que ele considera incômoda.

Aparentemente essa obra energética representa um importante salto no que diz respeito à independência dos derivados de petróleo, na medida que Manaus é abastecida exclusivamente por energia oriunda do óleo diesel. Esse aspecto não é desprezível e deve ser discutido. Mas isto não pode ser resolvido simplesmente condenando ao extermínio uma nação indígena



Os índios massacrados por doenças e pelas armas.

No século passado, a população atuari-waimiri era estimada em seis mil índios. Em 1968, quando a Funai iniciou o seu processo de "atração", registrou a presença de apenas 3 mil índios. Em 1974, o mesmo órgão assinalou que a população caíra para dois mil e em 1975 este número já estava entre 600 e mil pessoas. Uma das causas deste acelerado processo de destruição, foi a construção da estrada Manaus-Boa Vista, que cortou ao meio a reserva indígena.

Numa prova inequívoca que os planos do governo já eram de liquidar a nação atuari-waimiri, o presidente Figueiredo em novembro de 1981 assinou o decreto 86.630 que reduz em 31% a área da reserva e transforma a reserva em "área interdita", o que significa que a região não

pode ser mexida por enquanto. Enquanto a represa não ficar pronta.

Entretanto a isso, nossos índios sufocam-se, entre doenças e atitudes gananciosas, morrem e o governo em prática o genocídio de uma nação.

(Da Sucursal)



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Mesbla de Salvador pratica o racismo

As entidades abaixo vêm mais um caso de racismo acontecido na nossa cidade de Salvador. Racismo contra um negro numa cidade onde os negros formam a maioria de sua população.

Este caso se deu com Lázaro Sampaio, rapaz negro que se candidatou a uma vaga de vendedor na Mesbla da Av. Frederico Pontes, onde foi informado da inexistência de vagas. De imediato notou um tratamento diferenciado entre os candidatos negros e brancos. Alguns dias atrás, constatou ter sido contratado um amigo seu, branco, que se apresentou para tentar o emprego quatro dias depois de Lázaro ter sido recusado "por falta de vagas".

Esses são os fatos. Mais um caso entre tantos que diariamente ocorrem na nossa cidade e em todo o país. Ainda hoje os jornais trazem anúncios de emprego exigindo "boa aparência", o que pode ser traduzido como "não aceitamos negros", tenham eles as qualificações que tiverem. E, assim como a Mesbla, na nossa cidade e no Estado várias empresas adotam esse comportamento racista. Os negros são discriminados principalmente nas grandes empresas de aviação, turismo, grandes lojas e magazines, isso sem falar dos estabelecimentos bancários, onde geralmente não empregam negros ou não os mantêm às vistas dos clientes.

Sabemos que fatos como esse ainda vão continuar acontecendo. Mas é preciso que tais casos venham à luz para desmascarar mais e mais a hipocrisia da "democracia racial", que se apóia numa lei inútil, a Lei Afonso Arinos, que na única vez que foi aplicada puniu o negro que denunciou o racismo de que foi vítima. Abaixo o racismo! (Movimento Negro Unificado, Centro de Cultura Operária, Comitê de Anistia e Direitos Humanos, Grupo Negro da UCSal — Salvador, Bahia)



fala o POVO

Fala o Povo, mais que uma seção de cartas, termina espedindo a vida, os padecimentos e as lutas do trabalhador brasileiro, num grande mosaico que cobre toda a extensão do Brasil.

Escrava você também, amigo leitor. Sua carta vai ajudar milhares de trabalhadores de todo o país a tomarem consciência de que os problemas dos explorados só podem ser resolvidos pela união e a luta dos próprios explorados.

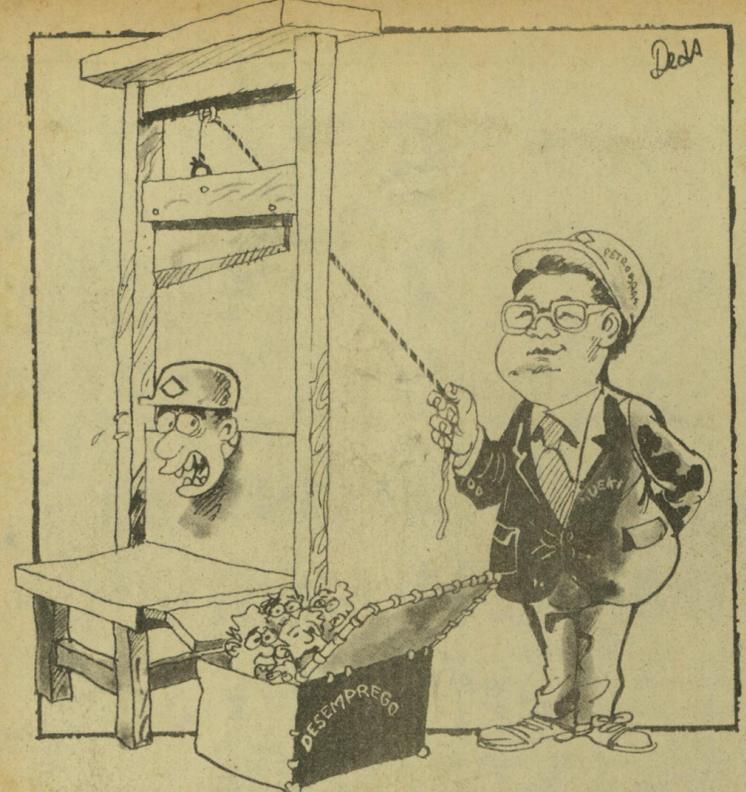
Medicina voltada para o lucro matou opeário em Osasco

Mais uma vez o trabalhador é vítima da medicina de grupo (capitalista) voltada ao lucro e à espolição.

O operário João Muniz Baldívia, mecânico de manutenção da Santista, foi encaminhado ao convênio médico da empresa, denominado, SAMS, situado à rua Padre Damasco, 365, Osasco, sentindo febre e dor-de-cabeça, sendo encaminhado ao Hospital Montreal, antigo Osvaldo Cruz, sob os cuidados médicos do Dr. Rui. Ficou internado nesse hospital de 14 a 19 de dezembro, acompanhado de sua esposa e pagando uma diária de 15 mil cruzeiros. Durante esse período, efetuaram apenas uma radiografia dos pulmões. Não obtendo nenhuma melhora, sob responsabilidade de sua esposa, foi removido no dia 19 ao Hospital Cruzeiro do Sul, onde foram realizados no mesmo dia os exames, constatando uma moléstia que o vitimou — meningite, num estágio muito avançado. Veio a falecer no dia 22 pela manhã.

A família do jovem operário de apenas 24 anos, casado, dois filhos, não se conformou com o descaso do hospital Montreal. Vem a público denunciar esse fato constrangedor e, ao mesmo tempo, alertar a todos que mantêm convênio com esta empresa médica. Ao clamor dos familiares juntam sua solidariedade todos os colegas de serviço e amigos de João Luiz.

(M.N.S., com o apoio do Conselho Popular das Comunidades de Osasco, S. Paulo)



Operários denunciam o perseguidor Ueki

É com imenso prazer que escrevo a este conceituado jornal para denunciar as arbitrariedades que ocorrem aqui na RPBA e DPBA, setores de produção e perfuração da Petrobrás aqui na Bahia. E também a atitude radical do presidente da mesma empresa, sr. Ueki.

Seguem dois extratos conseguidos no nosso Sindicato:

"Recentemente um companheiro associado do Sindicato reclamou diretamente do preposto da Meymar a péssima alimentação servida aos empregados da Petrobrás e, em consequência, o Superintendente do DPBA mandou aplicar a pena disciplinar de "advertência". Isto quer dizer em outras palavras que a Meymar já participa das decisões da Petrobrás. Repudiamos veementemente esta intromissão de uma firma particular nos assuntos exclusivamente da competência da administração da empresa. Repudiamos mais ainda a atitude do sr. superintendente do DPBA que, em vez de exigir da Meymar melhora do padrão de alimentação, escolheu o caminho mais fácil — penalizou o companheiro associado".

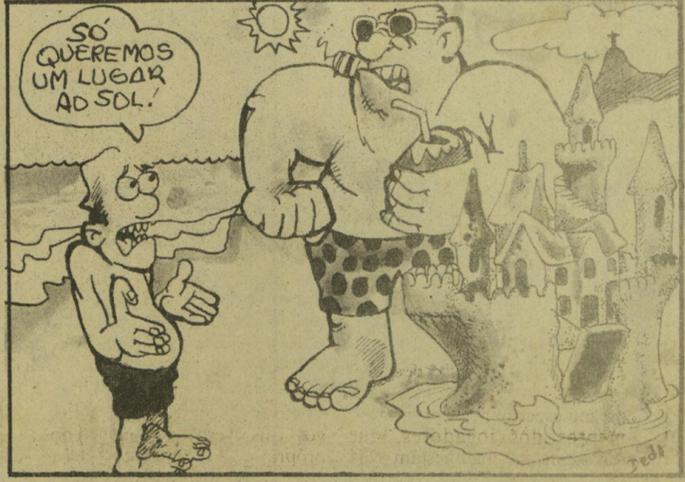
"Transcrevemos abaixo o texto da PRES CL-01/82, dirigida a todas as unidades da Petrobrás e assinada pelo Presidente da Empresa, vetando a readmissão de empregados: "Solicitamos a V.S.ª determinar providências no sentido de que nenhum ex-empregado da Petrobrás, afastado em razão de aposentadoria, justa causa, rescisão do acordo ou dispensa por conveniência, seja readmitido ou venha a trabalhar para esta companhia, a qualquer título, ainda que através de terceiros. Atenciosamente, Shigeaki Ueki, presidente".

(Um grupo de servidores da Petrobrás — Salvador, Bahia)

Baianos condenam a discriminação racial

Toda a comunidade negra repudiou veementemente o ocorrido aqui em Salvador, quando veio a público através da imprensa que a Mesbla S.A., uma empresa que se diz 100% nacional, deixou de admitir em seu quadro funcional Lázaro Sampaio pelo mesmo ser negro. Revoltado, Lázaro preparou inúmeros cartazes e percorreu a cidade denunciando, no que foi impedido pela polícia por "estar contrariando a boa ordem social".

(A.O. — Salvador, Bahia)



Não aceitamos pagar a crise que não criamos

A Comissão Intersindical Estadual do Rio Grande do Sul, avaliando a atual realidade vivida pelos trabalhadores, principalmente quanto ao desemprego que assola os lares brasileiros, vem de público solidarizar-se com os companheiros operários da Aços Finos Piratini de Charqueadas e da Máquinas Ideal de Santa Rosa, que neste momento estão sendo jogados no olho da rua, fruto de uma política econômica governamental que desconsidera os interesses dos trabalhadores.

O país vive hoje a mais profunda crise da sua história, resultado de um modelo que privilegia principalmente o capital financeiro internacional. Os patrões e o governo procuram descarregar sobre os ombros da classe trabalhadora todo o peso desta crise: daí os baixos salários, o desemprego, a carestia de vida.

Os trabalhadores responsabilizam o governo pela atual crise e não aceitam pagar pela crise que não criaram, bem como não estão dispostos a assistir passivamente milhares de operários serem despedidos para que os patrões continuem com seus superlucros. Nos colocamos à inteira disposição para somarmos esforços na luta pelo direito ao trabalho e, num amanhã próximo, caminharmos juntos rumo a uma sociedade justa e mais humana.

(Paulo Paim, coordenador da Comissão Intersindical — Ijuí, Rio Grande do Sul)

Somos 200 famílias que querem ter onde morar

Novamente a comunidade do Parque Bom Menino, Rio de Janeiro, vem solicitar às autoridades competentes a compreensão e ajuda de que tanto necessita. Recebemos a visita do sr. oficial de Justiça da 21ª Vara Cível comunicando-nos a ordem de despejo para 35 famílias daqui, a pedido da "Turismo Três Amigos". E o sr. oficial de Justiça ficou surpreso ao ver no local mais de 200 famílias residindo.

Há seis anos data em que chegaram os primeiros moradores, este local era um terreno baldio, sem muros, cheio de capim, lixo, etc. Limpamos toda a área colocamos nossos humildes barracos. Porque, depois de tanto tempo, estão nos pressionando? Por que só agora está aparecendo o dono do terreno?

Senhores, não estamos interessados em fazer desordem. Apenas, somos mais de 200 famílias necessitadas de um pedaço de terra para descansar nossas cabeças e abrigar nossos filhos

Se acaso essa ordem de despejo for executada, serão mais 200 famílias a residir nos bancos das praças públicas, nos viadutos, nas calçadas. Na comunidade do Parque Bom Menino existem famílias que antes moravam nas passarelas do Aterro do Flamengo. A "Turismo Três Amigos" tem condições de encontrar outras terras para guardar seus carros. Mas a comunidade do Parque Bom Menino não tem condições de comprar ou alugar casas e terrenos.

Por este motivo já entramos em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, solicitando a desapropriação do terreno e o saneamento básico do local (água, esgoto, luz). Acreditamos que as autoridades competentes vão nos atender. O Rio de Janeiro é conhecido como a "Cidade Maravilhosa", mas é preciso que isto seja real e não um elogio falso.

(N.C. - Madureira, Rio de Janeiro)



Aposentados nordestinos obrigados a pedir esmolas

Sou um trabalhador faminto. É a situação em que me encontro, e não só eu como todo aposentado pelo Ministério dos Transportes. Não temos o direito de sair às ruas para fazer compras, nem nossa família, porque o que ganhamos não dá nem para a passagem de coletivo. Estamos passando as maiores privações.

Pagamos INPS desde 1947. Porém desviaram nossas contribuições destinadas à Previdência Social. Nossos colegas de empresas de capital misto ganham mais ou menos, no fim do ano têm direito ao 13º salário. E nós, aposentados pelo Ministério dos Transportes? O que temos direito é a pedir esmola.

Em Fortaleza, na Praça José Alencar, tem vários pedindo esmola.

Peço a este órgão de comunicação que publique uma matéria mostrando isto: que os aposentados do Ministério dos Transportes estão pedindo esmola.

Sou um trabalhador que gosto de ler este jornal. Só não sou assinante porque o que ganho não dá: ganho 28 mil cruzeiros para enfrentar o senhor Delfim Neto e os demais.

(A.N.S. — Maceió — Alagoas)

Deputado popular expõe limites da "abertura"

Tenho o prazer de lhe enviar cópia da nota que acabo de distribuir à imprensa de meu Estado. A despeito de todas as condições adversas, consegui me eleger deputado estadual. Integro o Bloco Popular do PMDB, que, em Goiás, é liderado pelo nosso valoroso companheiro Aldo Arantes, primeiro suplente de deputado federal.

A prisão levada a efeito em São Paulo (dia 14 de dezembro) vem demonstrar de maneira clara e evidente que o governo federal, autoerata e plenipotenciário, apenas acenou ao povo com uma falsa promessa de "abertura" — para enganar os incautos no período pré-eleitoral.

Conhecido o resultado do pleito, desfavorável aos seus propósitos, urgia ao governo dar uma demonstração de força, talvez para acalmar o entusiasmo da oposição progressista ou dar um exemplo das regras

Parece que, pelo menos em parte, a providência surtiu efeito. Vejamos as últimas declarações de alguns governadores eleitos pela oposição que já se travestiram de moderados, desviando-se da linha de conduta adotada durante a campanha eleitoral. Essa busca da simpatia do poder central teve para seus eleitores um sabor de traição, de vez que votaram neles para que continuassem se opondo à ditadura militar. (Leia-se Tancredo, Brizola e Camata)

Em termos populares, todavia, o efeito foi negativo. O aparato bélico usado na prisão dos participantes da reunião chocou a opinião pública e demonstrou ao Brasil inteiro que, no afã de levar adiante seus propósitos de intimidação, o governo desprezava princípios básicos da democracia constitucional. (Ronaldo Jayme — Anápolis, Goiás)

Agentes do PDS praticam sabotagem em ônibus da CMTB

Como leitor assíduo da TO venho pela primeira vez escrever para esta seção Fala o Povo, afim da mesma levar o meu recado.

Pra nossa infelicidade os que abusam de nós, o povo brasileiro, e de nossa querida pátria, vão levar o nosso Brasil, a entrar no Fundo Monetário Internacional (FMI) para acabar de nos levar ao caos, com o objetivo de fazer o povo se revoltar contra governantes das oposições. Eles estão enganados!

Até na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), os cabides estão fazendo jogo sujo. Eles estão mandando jogar no ferro-velho peças usadas, porém em perfeito estado, e mesmo peças novas após serem enferrujadas ao relento. É do meu conhecimento que eles estão fazendo isto em todas as garagens.

A minha denúncia sobre o que está ocorrendo na CMTC é pura verdade, pois eu trabalho nesta honrosa companhia já faz oito anos.

(José da Silva — São Paulo, capital)

A vitória do Corinthians e a derrota do sistema

Já vejo na euforia da vitória do Corinthians a cumplicidade que o sistema assassino precisava para sufocar o grito da vítima.

Enquanto isto desferiam o golpe mortal. O grito era sufocado. E a vizinhança era impedida de ouvir.

Este vil regime militar age assim, como um saltador de estrada. Mais vil ainda, age em plena luz do dia e no centro da cidade. Sempre agiu assim...

Acobertado com: Pra frente Brasil! As mortes produzidas pelo Doi-Codi e no mesmo esquema. Golpeia a liberdade de reunião, com o povo comemorando a agora a vitória do Corinthians!

Mas vejo o prenúncio do fim deste sistema, pois de muita usada a face já não corta e de muito gorda a porca já não anda! Vejo emergir o monstro da

(E.D. — São Paulo, capital)

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A relação entre povo e governo

As eleições de 15 de novembro resultaram em vitórias da oposição em vários governos estaduais. E agora ouve-se o convite para que o povo se organize para participar dos governos de oposição. Mas entre os trabalhadores se encontra uma justa desconfiança sobre esta tal participação. Como pode a classe operária participar de um governo burguês, se o proletariado e a burguesia são duas classes antagonicas — se uma classe procura conservar o sistema capitalista e a outra tem como objetivo destruir este sistema de exploração e construir o socialismo?

CRISE POLÍTICA

Lênin e mais tarde George Dimitrov trataram desta questão. Eles indicaram que os trabalhadores não podem ter a ilusão de participar em tempos normais do governo burguês pensando que vão tirar algum proveito. Se entrarem nesta armadilha da colaboração de classes, só poderão ajudar as classes dominantes e reformar o sistema de exploração capitalista.

Mas numa situação excepcional, de crise política aguda, em que as classes dominantes não tenham condições de abafar o movimento de massas, em que o aparelho do Estado esteja bastante desorganizado e paralisado, a classe operária pode aproveitar-se de uma correlação de forças e outras condições favoráveis, para participar de um governo provisório de frente única que favoreça o avanço da luta revolucionária.

Numa situação revolucionária, através da ação energética das massas trabalhadoras é possível levar um governo de frente única e tomar medidas contra os fascistas e os inimigos mais reacionários do povo. E ao mesmo tempo assegurar condições de liberdade para a atividade dos sindicatos e demais organizações populares, em particular para o partido de vanguarda da classe operária. Um governo deste tipo, em vez de servir para a burguesia consolidar o capitalismo, pode representar para a classe operária uma forma concreta de abrir o caminho para a revolução.

DIFERENÇA IMPORTANTE

Um governo de frente única não pode, por sua composição e por seu caráter necessariamente provisório, fruto de uma situação política especial, de crise e de convulsão social, resolver o problema da libertação da classe operária. Isto só é possível com um governo da classe operária e com a construção do socialismo. Mas pode ser um instrumento imediato que serve às forças operárias e populares, e não deve ser desprezado. Pode paralisar a ação política das forças reacionárias e dar oportunidade para o povo se organizar, conquistar importantes reivindicações e armar-se para continuar a luta de classes em outras condições.

Um governo de frente única como foi dito acima é evidentemente muito diferente dos governos estaduais conquistados pela oposição nas urnas. Estes governos estaduais de oposição, de uma forma ou de outra, podem ajudar o desenvolvimento da luta contra o regime militar — e neste sentido é justo que o povo se organize de forma independente para reivindicar junto a eles seus direitos e para exigir que cumpram as promessas democráticas feitas durante a campanha eleitoral. Mas são governos burgueses, dentro de uma situação nacional onde o governo central é monopolizado pelos generais como representantes das forças mais reacionárias e mais entreguistas do país.

GOVERNO DE OPOSIÇÃO

Nestes governos opositores o povo pode encontrar melhores condições para se organizar e obter certas conquistas importantes. É possível também fazer acordos com eles em certas situações na luta contra o monopólio de poder dos generais. Mas seria uma atitude desastrosa atrelar-se a estes governos e ter a ilusão de participar deles para defender os interesses do proletariado. A seguir, a solução burguesa da crise.

Corinthians alarma os obscurantistas

"Vitória da democracia!". Esta foi a frase mais ouvida no Parque São Jorge nos dias que precederam o fim do campeonato paulista de 1982, vencido pelo Corinthians. Como acontece em tudo o que vem para renovar, as tímidas modificações executadas pelos diretores corinthianos começam a despertar a fúria dos retrógrados. E também aqui os primeiros alvos são os jogadores.

O exagero que possa estar contido na assim chamada "campanha democrática" do Corinthians fica por conta do triunfalismo que costuma acompanhar a conquista de títulos importantes. Mas é inegável que no departamento de futebol do campeão paulista se exercita uma experiência inédita de convivência entre jogadores e dirigentes. Não é grande coisa, mas comparada a a estrutura autoritária e obscurantista dos outros clubes adquire sensível importância. Afinal, poucos esperavam viver para presenciar o fim da escravizante prática da concentração, que prende os jogadores dois ou três dias antes dos jogos nos clubes ou em hotéis sob as rédeas curtas dos cartolas. Também não se tem notícia de nenhum clube que algum dia deixou de perseguir seus atletas por falarem publicamente de assuntos políticos e do interesse da categoria.

E, no entanto, o diretor de futebol do Corinthians, Adilson Monteiro — líder estudantil e membro da diretoria da UNE na década de 60 — acompanha os jogadores em palestras, reuniões políticas, shows de MPB, etc. Isso não significa, porém, que as concepções moralistas e reacionárias no mundo futebolístico estejam perdendo terreno. A experiência é isolada e nada garante que ela tenha prosseguimento sem a diretoria atual ou sem o seu beneláxico. A imprensa esportiva especializada não tem demonstrado nenhum entusiasmo especial pelos pronunciamentos dos jogadores, que seguidamente manifestam sua satisfação pelo clima de relativa liberdade que arejou o clube na gestão de Adilson. Da mesma forma, não parte nenhum co-

mentário dos outros clubes que revele o mínimo interesse no assunto. Nem por iniciativa dos dirigentes e nem dos atletas.

O que não deixa de ser notável, porém, é a resistência e o inconformismo daqueles que se habituaram a manipular não só a carreira profissional dos jogadores como a sua própria individualidade.

Por esse ângulo deve ser visto o episódio da prisão de Casagrande e o flagrante contra ele então lavrado por posse de cocaína. Tudo isso tem um cheiro muito forte de manobra. Pela forma bombástica com que os policiais abordaram e prenderam-no. Pelas sucessivas ameaças que vinham sendo dirigidas aos jogadores, especialmente a Casagrande. Por um incidente anterior com a PM, quando os policiais vasculharam durante horas o seu carro em busca de "algo comprometedor".

Casagrande já pagava um preço alto por sua postura altiva e corajosa dentro do campo e fora dele. Seus cabelos compridos, sua roupas displicentes forjaram-lhe a fama de rebelde; sua inquietude juvenil e sua combatividade valeram-lhe a pecha de moleque; sua dedicação e fibra durante os jogos trouxeram-lhe o estigma de maconheiro. Duramente insultado pelas torcidas adversárias e ferrenhamente fiscalizado pelos exames anti-doping, Casagrande jamais perdeu o rumo sereno do título e dos gols. E com eles aumentou a sua cota de inimigos. Uns se escondem dentro do próprio clube, outros nos clubes rivais. Uns anônimos e alguns declarados, todos se unificam no pavor ante as idéias e o desprendimento.



Dupla de área bem marcada

Casagrande é um garoto de 19 anos que fora do campo não gosta de falar de futebol. Seu corpo não se restringe aos pés habilidosos e implacáveis. Casagrande é um maravilhoso artífice e um jovem que sabe pensar e coordenar as idéias. Que não abre mão do direito de dizer aquilo que pensa e de viver as coisas que gosta. Numa palavra, um jovem consciente dos problemas e das angústias do seu tempo.

Nada irrita e desespera tanto os que só sabem tratar as pessoas com gritos de aboio e chicote de couro cru. Goebbels, o odiado ministro de Hitler, quando ouvia falar em cultura, levava a mão ao coldre. Estes, quando presentem o "perigo" da liberdade também não contêm a covardia. (Jessé Madureira)

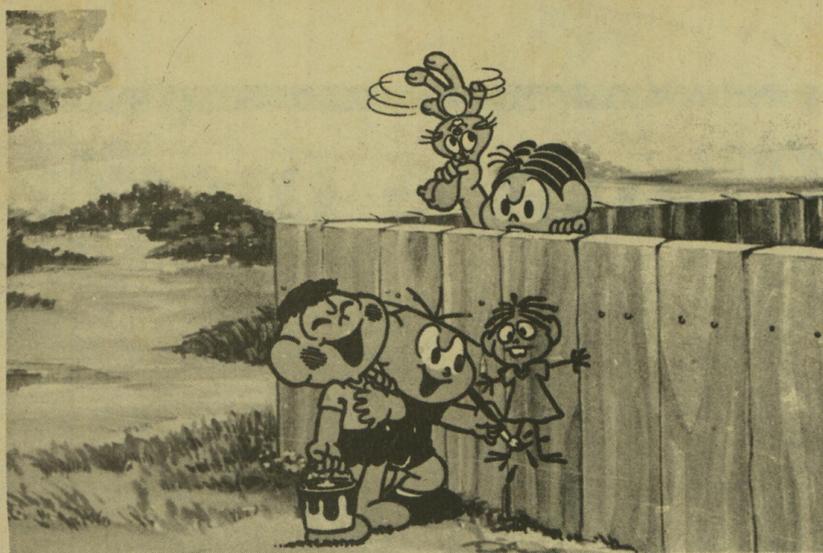
A indignação de Fantoni

Numa demonstração repugnante de dedo-durismo e autoritarismo, Orlando Fantoni, veterano técnico de futebol, investiu contra Sócrates acusando-o de fugir da Toca da Raposa, durante a fase de preparação da seleção que foi à Copa, para beber. Em declarações à imprensa carioca, Fantoni alertou ainda os dirigentes de futebol para o "perigo" que acarretaria para os clubes a extinção da concentração.

Sócrates foi violentamente criticado porque liderou, junto aos seus companheiros no Corinthians, as negociações com a direção que resultaram na abolição, a partir deste ano, da concentração

para os jogadores casados e na sua utilização somente nas vésperas dos jogos para os solteiros.

Desta forma é que são recebidas quaisquer tentativas de amenização da estrutura opressiva dos clubes sobre os jogadores. Para não ficar nenhuma possibilidade de engano, Fantoni arremata: "Sócrates não chega a ser um líder, mas se impõe sobre os demais jogadores em função de sua inteligência superior". Como o peixe que morre pela boca, Fantoni deixou-se traír. No futebol, o que intimida os obscurantistas é a inteligência dos jogadores. (JM)



Cascão e Cebolinha caçoam da briguenta Mônica.

AS DESVENTURAS DA TURMA DA MÔNICA



Com um grande aparato promocional, que incluiu chamadas na televisão e painéis espalhados nos principais pontos das maiores cidades do país, foi lançado no dia 23 de dezembro o desenho animado em longa-metragem realizado no Brasil "As aventuras da Turma da Mônica", de Maurício de Sousa. Uma super-produção que, de brasileira, só tem a mão-de-obra.

O próprio Maurício é o primeiro a descartar qualquer identidade nacional na sua "Turma da Mônica". Segundo ele, seu filme obedece "a linha da casa, criada em função dos mercados estrangeiros. O humor da Turma da Mônica é universal. Quando criamos as nossas estórias, o fazemos de forma que possam ser entendidas em qualquer parte do mundo, sem nenhuma adaptação. Elas não se passam no Brasil ou em algum outro lugar específico. Criei meus personagens sem regionalismos, explorando as emoções humanas, a tristeza, raiva, felicidade, que são universais".

Ratinhos brasileiros que dançam roque e jogam o beisebol

Na verdade, a falta de qualquer identidade entre os personagens de Maurício e a nação brasileira não cede lugar a um "universalismo" genérico, mas sim à ideologia imperialista, dominante. Tanto é assim que, num dos quatro episódios do filme, "Um Amor de Ratinho", Mônica e seus amigos vão a um "baile a fantasia" que nada tem a ver com o nosso carnaval, mas onde se dança o roque. É o roque também a música tocada durante a briga entre os ratinhos e os gatos. E, cúmulo do colonialismo cul-

tural, um dos ratinhos atinge um gato com um tomate a partir de um lance de beisebol, e não de futebol.

Não é por acaso que a empresa que produziu o desenho, em associação com a Embrafilme, e de propriedade de Maurício de Sousa, chama-se "Black & White & Color". É isso que Maurício considera estar despido de regionalismos... Mas a arte, se não está ligada às raízes locais, não consegue expressar a universalidade dos sentimentos humanos.

Da mesma maneira que não tem preocupações em defender a cultura de nosso povo, Maurício não tem também preocupação alguma com as crianças que assistem seu filme. Como todo capitalista, sua preocupação única e exclusiva é o lucro.

Os personagens de Maurício atingem mais de 20 países

"O grande motivo que me fez jogar tudo nesse filme é a fome que o mundo tem de bons espetáculos e filmes para crianças. Temos um mercado em crescimento incrível e incalculável. O nosso cuidado terá que ser o de produzirmos material de nível internacional", diz, sem papas na língua, o criador de Cebolinha e Cascão.

Maurício de Sousa tem tido êxito em sua busca de merca-

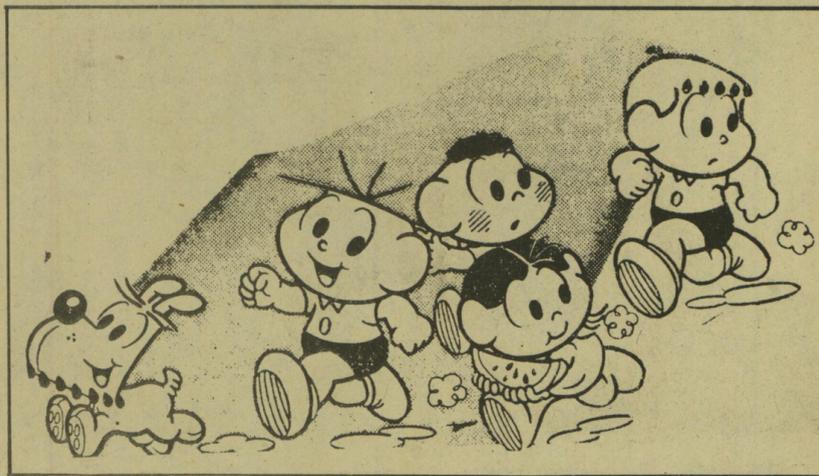
do. "As aventuras da Turma da Mônica" será exibido em mais de 20 países, onde já chegam os seus personagens, através de histórias em quadrinhos e de produtos que vão de pasta de dentes a brinquedos, passando por massa de tomate. Só no Brasil, são mais de 3 mil produtos com a Mônica e seu grupo.

As revistas infantis da Mônica, Cebolinha, Pelezinho, Cascão e Chico Bento atingem cerca de 1 milhão de exemplares por mês. São 2.500 historietas em jornais e mais de mil tablôides divulgados em várias cidades do país, mensalmente. Ainda são gravados dez discos infantis com os personagens de Maurício por ano. Acrescente-se a isso os contratos do desenhista com a United Feature Syndicate e UPI, nos Estados Unidos, e a Sanrio, no Japão, para se ter uma idéia do império do criador do dinossauro Horácio...

A vida brasileira não coube no desenho de Maurício

Ironias da história: enquanto o desenhista nascido no Brasil desdenha qualquer regionalismo nas suas criações, Walt Disney, o norte-americano autor do Pato Donald, inspirou-se no malandro dos morros do Rio de Janeiro para criar o seu Zé Carioca!

A vida brasileira, para ser retratada num desenho animado de longa-metragem, terá que esperar outra oportunidade. Quando for realizado um filme com "A Turma do Pererê" do Ziraldo, por exemplo. (Carlos Pompe)



A Turma da Mônica em ação.

Ajude a imprensa operária a crescer

Desejo receber em casa a **Tribuna**. Envio anexo cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Travessa Brigadeiro Luis Antonio, 53 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318.

Anual de apoio (52 eds.) — Cr\$ 5.000,00
Semestral de apoio (26 eds.) — Cr\$ 2.500,00
Anual comum (52 eds.) — Cr\$ 2.500,00
Semestral comum (26 eds.) — Cr\$ 1.250,00

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____
CEP: _____
Data: _____

CDM
Estado: _____
Telefone: _____
Profissão: _____
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Tribuna Operária

Endereço: Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOP BR

Jornalista responsável: Pedro Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
Sucursais:
Acre: Rua Belém, 91, Estação Experimental, Rio Branco - CEP 69900.
Amazonas: Rua Simon Bolívar, 231-A (Praça da Saudade) - Caixa Postal: 1439 - Manaus - CEP 69000. Pará: Rua Aristides Lobo, 620 - Centro - Belém - CEP 66000.
Maranhão: Rua da Paz, 417 - Altos - Centro - São Luiz - CEP 65000. Piauí: Rua Simplicio Mendes, 150, sala 7 - Teresina - CEP 64000. Ceará: Rua do Rosário, 313, sala 206 - Fortaleza - CEP 70000. Rio Grande do Norte: Rua Fonseca e Silva, 1098 - sala 102 - Alacrim - Natal - CEP 59000. Paraíba: Rua Padre Meira, 30, sala 108 - Centro - João Pessoa - CEP 58000. Rio Veranício Neiva, 318, 1º andar - Campina Grande - CEP 58100. Pernambuco: Rua 7 de Setembro, 42, 7º andar, sala 707 - Boa Vista - Recife - CEP 50000. Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 - Garanhuns - CEP 55300. Alagoas: Rua Cincinato Pinto, 183 - Maceió - Centro - CEP 57000. Sergipe: Rua João Pessoa, 299, sala 28 - Aracaju - CEP 49000. Bahia: Rua Senador Costa Pinto, 845 - Centro - Salvador - CEP 40000. Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 - Feira de Santana - CEP 44100. Rua Corpo Santo, 32 - Bairro dos 46 - Camaçari - CEP 42800. Av. Juracy Magalhães, 180 - sala 204 - Itabuna - CEP 45600. Minas Gerais: Rua da Bahia, 573, sala 904 - Belo Horizonte - Tel.: 224-7605 - CEP 30000. Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - Juiz de Fora - CEP 36100. Goiás: Rua 12 Q 32, L 04 - Vila Santa Helena - Goiânia - CEP 74000 - Tel.: 225-6689. Distrito Federal: Ed. Goiás, sala 322 - Setor Comercial Sul - Brasília - CEP 70317. Mato Grosso: Rua Comandante Costa, 548 - Cuiatã - Tel.: 321-5095 e 321-9095 - CEP 78000. Espírito Santo: Rua General Osório, 127, sala 908 - Vitória - CEP 29000. Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20000. Rua Carvalho de Souza, 155, Loja F - Madureira - Rio de Janeiro - CEP 20000. Av. Amarel Peixoto, 370, sala 807 - Centro - Niterói - CEP 24000. Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - Centro - Duque de Caxias - CEP 25000. São Paulo: Rua Jurubatuba, 1716, sala 9, 1º andar - São Bernardo do Campo - CEP 09700. Rua Professor Luiz Rosa, 94 - Centro - Campinas - CEP 13100. Paraná: Av. Wiston Churchill, 2030, sala 3 - Pinheirinho - Curitiba - CEP 80000. Rua Sergipe, 892, salas 7 e 8 - Londrina - CEP 86100. Rio Grande do Sul: Rua General Câmara, 52, sala 29 - Centro - Porto Alegre - CEP 90000. Rua Dr. Montanary, 659 - 1º andar - sala 15 - Caxias do Sul - CEP 95100. A **Tribuna Operária** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Impressa na Cia. Editora Jorjús, Rua Gastão da Cunha, 49 - Fone: 531.8900 - São Paulo, SP.

Chuva e morte em Belo Horizonte

Chuva transbordou mais violento aqui porque a chuva bateu na cidade e o rio da água dos jatos de fogo e água caiu. Foi uma porta de concreto e aço. Parece até um esquema montado para tirar os favelados sem indenização". Assim falava Elias, morador há 33 anos na favela Santa Terezinha, uma das áreas atingidas pela enchente que se abateu sobre Belo Horizonte na tarde de domingo, dia 2, deixando pelo menos 55 mortos.

As cinco horas de chuva que golpearam a terceira maior cidade brasileira, principalmente os seus 400 mil favelados, provocaram espanto e revolta na população, diante dos estragos nunca vistos antes. Três dias depois, o cálculo das vítimas estava em torno de mais de 3 mil desabrigados, 55 mortos já localizados, um número incalculável de desaparecidos ainda soterrados ou submersos, centenas de barracos destruídos, famílias amontoadas em grupos escolares e abrigos.

"Perdi tudo. A água do Arruda estava em minha cintura e eu salvando as crianças. Não deu tempo de tirar os móveis. E ainda estou desempregado, não sei o que vai ser de minha vida" — comentava Sebastião, morador da favela Perrela, quase completamente destruída, nos corredores do Grupo José Bonifácio, onde se acha abrigado com a família. "Na enchente de 79 não quisera indenizar a gente. Se o governo tivesse tomado providências, não teria morrido tanta gente e não tínhamos perdido nossos barracos" — completa a mulher de Sebastião.



Mulheres apanham na lama mantimentos das casas comerciais atingidas pela cheia; ao lado, crianças desabrigadas pela queda dos barracos onde moram.

que as pessoas consideradas por ele "transitórias" desocupassem os prédios públicos.

Isto fez com que começassem a surgir comissões de desabrigados, para reconstruir seus barracos e tratar dos problemas nos abrigos. E a União dos Trabalhadores de Periferia, entidade que tem núcleos nas favelas, já saiu em campo, através de seu presidente, Francisco Nascimento, dizendo que "estamos aguardando a solução do problema, mas diante dos exemplos oferecidos nestes últimos 20 anos de enchentes e suas dramáticas consequências estamos muito apreensivos". Numa assembléia convocada pela UTP, com perto de 400 favelados e várias entidades presentes, o Sindicato dos Médicos propôs a criação de uma comissão de apoio, para reforçar a solidariedade à luta dos desabrigados.

"Nossa preocupação agora é ver como garantir que os desabrigados se organizem para melhor lutarem pela terra e por material para reconstruir seus barracos", informa Rogério, diretor da Associação da Zona Leste, que esteve nas favelas atingidas para ver os prejuízos sofridos por alguns de seus associados, juntamente com dona Ercília e Seu Onofre, dois outros diretores, também favelados. (da sucursal)

Prefeito imposto e insensível agravou as consequências

Revista em Belo Horizonte, a Prefeitura de Belo Horizonte — que corta Belo Horizonte — "é o próprio governo mineiro, que poderia ter utilizado para o alargamento do rio as verbas empregadas desnecessariamente na ampliação do Aeroporto de Belo Horizonte." Isto porque o prefeito Julio Laender, que

substituiu Maurício Campos, cuja fama de bom administrador naufragou

nas águas enlameadas que assaltaram a capital mineira, havia culpado o

Senador pela não liberação de verbas. A mesma preocupação de Francisco envolve toda a cidade nestes dias, principalmente porque há ameaça de novas chuvas. E não é gratuita a desconfiança generalizada em relação as iniciativas oficiais. Três dias depois do temporal, menos da metade dos locais que abrigam os atingidos tinha sido visitada por algum órgão oficial.

O novo salem chama para enfrentar com luta a tragédia

Para enfrentar a tragédia, agravado ainda mais pelas declarações das autoridades. O coronel Clizes, coordenador da "Comissão de Defesa Civil" declarou que era contrário à transferência dos flagelados para outras áreas porque isso seria a institucionalização das favelas. E o prefeito deu um prazo de dois dias para

Deixaram justamente a favela

A opinião de Francisco Luciano, presidente da Associação da Zona Leste e vereador popular, eleito pelo PMDB, sobre a causa da tragédia:

Nestes últimos anos toda a tônica foi a construção de "grandes obras". As obras do ribeirão Arrudas não foram concluídas, como foi prometido à população. Deixaram justamente as favelas, que ficaram à mercê das chuvas.

Mesmo agora, pelo lado do governo, só há promessas. O movimento popular é que está se organizando para prestar assistência aos desabrigados e exigir

do governo medidas reais e urgentes para resolver a situação.

E o problema dos desabrigados, como de todos os favelados, só se resolve lutando pela posse da terra e pela moradia. Em Belo Horizonte, só os lotes vagos existentes dariam para construir casas para os 400 mil favelados.

A reivindicação mais imediata é a indenização dos favelados pelos barracos perdidos. Cabe a todos nós nos organizarmos e lutarmos contra a monopolição da terra por uma minoria privilegiada. E também contra tudo que leve à marginalização de nosso povo.

A seca e o desespero tomam conta da Bahia

O gado morrendo; lavouras destruídas, safras reduzidas à metade; lavradores que deixam suas roças para mendigar nas cidades; até gente sucumbindo à fome, ou saqueando cidades, como ocorreu dia 14 de dezembro no município de Irecê, maior produtor de feijão do Estado. O desespero toma conta da Bahia, com a seca que já se prolonga há vários meses.

Está implantada, novamente, a indústria da seca. O comentário, de Adyrolva Couto, o insuspeito presidente da Associação dos Cafeicultores da Chapada Diamantina, dá bem uma idéia das medidas do governo. "Todo ano a Bahia vive esse sufoco da seca e as providências tomadas pelos governos estadual e federal não passam de paliativos eleitorais" diz ele.

São paliativos, por exemplo, os carros-pipa, que consomem verbas suficientes para resolver para

sempre o problema, com a construção de aguadas e poços artesanais. Mas medidas definitivas não interessam ao governo. A indústria da seca é excelente caçador de votos. Os carros-pipa, por exemplo, foram largamente usados na campanha eleitoral do PDS. E em algumas regiões, como em Jacobina, desapareceram após o 15 de novembro.

GOVERNADOR MANDA FAZER

O arcebispo da Bahia, Dom Avelar Vilela, sobrevooou alguns dos 180 municípios assolados pela seca e voltou "estarecido" com o que chamou de "triste quadro", que "ameaça vidas humanas na região norte do Estado". O arrogante governador Antonio Carlos Magalhães respondeu com ironias: "Em vez de pedir providências ao governo ele devia pedir ajuda a Deus".

O estranho é que a seca tem vários meses, mas parecia haver um acordo tácito dos prefeitos do PDS, de abafar o problema até as eleições. Pelo contrário, o prefeito de Rui Barbosa, José Guedes, que é do PMDB, desde o início de 1982 decretou estado de emergência no município. E ainda telegrafou a todos os Ministérios e Secretarias, solicitando providências. Os telegramas devem ter ido todos para as cestas de lixo dos refrigerados gabinetes presidenciais. Hoje, em Rui Barbosa, à água vem de 80 quilômetros de distância, o gado morre, o sol destrói as lavouras e os pequenos lavradores ou deixaram a região ou tornaram-se mendigos.

O ULTIMATO DA FETAG

Até latifundiários reclamam. Vicente Quezado Leite, pecuarista da bacia leiteira de Feira de Santana (cuja produção caiu pela metade), é um que reconhece: "Falta um programa sério de combate à seca no Estado". E quando se chega a este ponto, é porque o trabalhador já está morrendo.

Foi exatamente o que denunciaram 44 Sindicatos de trabalhadores rurais baianos, reunidos na FETAG em dezembro, "em caráter de urgência". Eles afirmam que já no primeiro semestre de 1982 a seca atingiu 253 municípios (num total de 350), e que agora ela "atinge o clímax de sua gravidade, pois as providências emergenciais anteriores foram suspensas". Suspensas, como já vimos, porque passou o dia das eleições...

Os Sindicatos encaminharam um documento ao governo — um ultimato, com prazo até o dia 23 de dezembro para a resposta, "sob pena do movimento sindical não se responsabilizar pelas atitudes imprevisíveis que possam ser praticadas pelos trabalhadores necessitados".

Os trabalhadores criticam as providências do governo, que "chegam sempre tardias, já encontrando milhares de vítimas e prejuízos irrecuperáveis" — além de serem paliativas, "nada se construindo de perene com que no futuro se possa enfrentar outros períodos de estiagem". Exigem medidas a curto prazo e "sérias", sublinhando a "participação efetiva do movimento sindical dos trabalhadores rurais na programação, execução e fiscalização de emergência". E querem também "um permanente debate democrático em busca de soluções definitivas, porque não é possível que se continue fazendo uso de medidas emergenciais para um fato que há séculos causa sofrimento ao homem do Nordeste".

(da sucursal)

"Um fruto da nossa união"

Tendo à frente o seu Sindicato, cerca de 2 mil trabalhadores rurais de Guanambi, no sertão baiano esmagado pela seca, fizeram uma grande concentração em frente à Prefeitura. E arrancaram várias vitórias.

Pouco antes, quando os agricultores discutiam em assembléia o problema da seca, apareceu o vice-prefeito eleito, Gileno Nonato, do PDS, acompanhado de um funcionário do Projeto Sertanejo. Tentaram desmobilizar os trabalhadores com velhas promessas. Mas foram silenciados por uma vaia de 2 mil pessoas e tiveram de bater em retirada, rosnando que "essa agitação vai acabar", "isto não vale nada" e "voltem para suas casas".

Edson Luiz, vereador eleito pelo PMDB local, discursou hipotecando solidariedade às vítimas da seca. Responsabilizou o governo pelo drama dos sertanejos. E reafirmou seu compromisso com os trabalhadores. "Medidas de defesa de medidas como a reforma agrária radical e obras de irrigação para acabar definitivamente com o flagelo da seca."

Da Assembléia dos Deputados

seguiram em passeata até a Prefeitura, tendo à frente o presidente do Sindicato José Antonio da Silva, para fazer suas reivindicações. O prefeito, do PDS, recebeu-os dizendo que só cadastraria 317 pessoas para as "frentes de serviços" e que não havia recursos para mais nada. Porém terminou recuando diante da firmeza de José Antônio, da comissão tirada na Assembléia e da multidão presente.

Entre outras coisas, os manifestantes conseguiram 12 carros-pipa em vez de oito; 25 novas frentes de serviços, para pelo menos mil trabalhadores; revogação imediata da decisão da prefeitura de não contratar mulheres e crianças; e pagamento por quinzena e não por mês.

Ao final, falando diante da multidão e do prefeito, o destemido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanambi ainda assegurou: "A vitória que acabamos de conquistar é fruto de nossa união e disposição. Se não forem cumpridas nossas exigências, voltaremos em dobro para cobrar".

(Do correspondente em,

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



O solo esturricado pelo sol levou à perda de 50% das principais safras do Estado; e o sertanejo passa fome.

